

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DALCI SONTAG JUNIOR

INTERAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO E O TURISMO:
UM ESTUDO EM CURITIBA, PR

CURITIBA

2015

DALCI SONTAG JUNIOR

INTERAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO E O TURISMO:
UM ESTUDO EM CURITIBA, PR

Trabalho apresentado a disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso de Turismo II, como forma de avaliação parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Dr. Bruno Martins Augusto Gomes

CURITIBA

2015

AGRADECIMENTOS

A Deus, a quem amo acima de tudo, agradeço por sua bondade e fidelidade, mas principalmente por sua companhia.

A minhas queridas e amadas mãe e irmã, Marília e Kellin, respectivamente, pelo apoio incondicional, pelo incentivo, por estarem presentes em todos os momentos da minha vida.

Aos familiares e amigos que comigo se regozijaram nas alegrias vividas.

Ao meu orientador, Professor Dr. Bruno Martins Augusto Gomes, por quem tenho profundo respeito e admiração, por compartilhar seu conhecimento que foi fundamental para a elaboração deste trabalho.

A minha querida Professora e amiga Me. Laura Alice Rinaldi Camargo, por todo o apoio durante o curso, pelas conversas, por me ouvir e ajudar em momentos difíceis.

A Professora Esp. Deise Bezerra, que além de transmitir sua experiência e sabedoria, contribuiu muito com minha carreira profissional.

A todos os professores do curso de Turismo de Universidade Federal do Paraná, que sempre guardarei na memória com muito carinho.

Aos colegas de trabalho que me auxiliaram durante esta jornada, em especial aos amigos Luis Felipe Strugo e Adriane Vortolin, que dividiram comigo suas ideias e experiências.

A todos os amigos que comigo conviveram nestes quatro anos de curso, em especial a Anaci Carneiro da Silva, pelo companheirismo e amizade.

A todos que participaram desta pesquisa e que a tornaram possível.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar um estudo sobre a interação do Poder Executivo e Legislativo na cidade de Curitiba na área do turismo, visando compreender e buscar alternativas para o aprimoramento destas relações. Para isto foram realizadas entrevistas com gestores e parlamentares do município e do estado do Paraná e pesquisa bibliográfico-documental, utilizando a Teoria Fundamentada como orientação metodológica. Os resultados demonstraram que existem diversas variáveis que tornam o relacionamento deficiente, sendo destacados os recursos financeiros, a cooperação, a competência, as políticas públicas, o turismo em Curitiba e a própria interação. Destas variáveis, o conhecimento teve especial destaque, motivo o qual o projeto de turismo foi elaborado na forma de um portal da web para aproximar os agentes por meio da troca de dados, informações e experiências. Assim foi possível adentrar no contexto das relações entre os poderes, suas nuances e peculiaridades, e propor um meio pelo qual as interações possam ser facilitadas.

Palavras-chave: Interação. Executivo. Legislativo. Turismo. Curitiba. Paraná.

ABSTRACT

This work aims to present a study on the interaction of the executive and legislative powers in the city of Curitiba in the area of Tourism, to understand and to seek alternatives to improve these relations. For such purposes, interviews were conducted with managers and parliamentarians of the municipality and the state of Paraná, as well as bibliographical and documentary research, using the Grounded Theory as a methodological orientation. The results reveal that there are several variables that impoverish the relationship, such as financial resources, cooperation, competence, public policies, tourism in Curitiba and the interaction itself. Among the variables, knowledge has a special focus and, for that reason, the tourism project was elaborated in the form of a website to approximate the agents through the exchange of data, information and experiences. Thus it was possible to examine the relations between the powers, their nuances and peculiarities, and to propose a means to facilitate interactions.

Keywords: Interaction. Executive. Legislative. Tourism. Curitiba. Paraná.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – TEMAS ABORDADOS NO SUBTÓPICO INTERAÇÃO ENTRE PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO	23
FIGURA 2 – TEMAS ABORDADOS NO SUBTÓPICO TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS	33
FIGURA 3 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE CURITIBA	34
FIGURA 4 – POSIÇÃO GEOGRÁFICA DE CURITIBA EM RELAÇÃO AO MERCOSUL	35
FIGURA 5 – ETAPAS DA COLETA E ANÁLISE DE DADOS	41
FIGURA 6 – REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBA (CMC)	44
FIGURA 7 - COMPOSIÇÃO DOS BLOCOS POLÍTICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBA (CMC)	45
FIGURA 8 – REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ (ALEP)	48
FIGURA 9 – COMPOSIÇÃO DOS BLOCOS POLÍTICOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ (ALEP)	49
QUADRO 1 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR	52
QUADRO 2: COMPOSIÇÃO DO CONSELHO PARANAENSE DE TURISMO – CEPATUR.	54
FIGURA 10 – ORGANOGRAMA DO INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO – CURITIBA TURISMO (CTUR)	56
FIGURA 11 – ORGANOGRAMA DA PARANÁ TURISMO (PRTUR)	57
FIGURA 12 – VARIÁVEIS TRABALHADAS NO REFERENCIAL TEÓRICO	58
FIGURA 13 – MAPA DO SITE	78
QUADRO 3 – CRONOGRAMA DE TRABALHO	80
QUADRO 4 – PESQUISA DE SATISFAÇÃO	83

LISTA DE SIGLAS

ABAV-PR	Associação Brasileira das Agências de Viagens do Paraná
ABEOC-PR	Associação Brasileira de Empresas de Eventos
ABIH-PR	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABGTUR	Associação Brasileira dos Guias de Turismo
ABLA	Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis
ABOTCC	Associação Brasileira das Operadoras de Trens Turísticos Culturais
ABRACCEF	Associação Brasileira de Centros de Convenções e Feiras
ABRAJET-PR	Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo
ABRASEL-PR	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes do Paraná
ACP	Associação Comercial do Paraná
AHPR	Associação de Hostels do Estado do Paraná
ALEP	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
ASCORES	Associação dos Comerciantes da Região da Praça da Espanha
CCVB	Curitiba, Região e Litoral Convention & Visitors Bureau
CELEPAR	Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná
CEPATUR	Conselho Paranaense de Turismo
CMC	Câmara Municipal de Curitiba
CNT	Conselho Nacional de Turismo
CTUR	Instituto Municipal de Turismo – CURITIBA TURISMO
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
COOPTUR	Cooperativa Paranaense de Turismo
DEM	Democratas
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FACIAP	Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná
FAEP	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FCC	Fundação Cultural de Curitiba

FCVB	Federação de Convention e Visitors Bureaux do Estado do Paraná
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio do Paraná
FETHEPAR	Federação dos Empregados em Turismo e Hotelaria
FIEP	Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FOHB	Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MTUR	Ministério do Turismo
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Paraná
PNTM	Plano Nacional de Municipalização do Turismo
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRTUR	Paraná Turismo
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Cristã
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde

REDE	Rede Sustentabilidade
SD	Solidariedade
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEET	Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo
SEHA	Sindicato Empresarial de Hospedagem e Alimentação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SETU	Secretaria de Estado de Turismo
SINDETUR	Sindicato das Empresas de Turismo do Paraná
SINDEGTUR	Sindicato Estadual dos Guias de Turismo do Paraná
SMAM	Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos
SMCS	Secretaria Municipal de Comunicação Social
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
UFPR	Universidade Federal do Paraná
URBS	Urbanização de Curitiba S/A

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 INTERAÇÃO ENTRE PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO	15
2.2 TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS	24
2.2.1 Turismo e Políticas Públicas: o contexto de Curitiba – Paraná	34
3. METODOLOGIA	37
3.1 ETAPAS DA TEORIA FUNDAMENTADA PARA ANÁLISE DOS DADOS	40
4. ANÁLISE DE RESULTADOS	43
4.1 AGENTES LIGADOS AO TURISMO	43
4.1.1 Câmara Municipal de Curitiba – CMC	43
4.1.2 Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP	47
4.1.3 Conselho Municipal de Turismo – COMTUR	51
4.1.4 Conselho Paranaense de Turismo – CEPATUR	53
4.1.5 Instituto Municipal de Turismo – CURITIBA TURISMO – CTUR	55
4.1.6 Paraná Turismo – PRTUR	57
4.2 VARIÁVEIS	57
4.2.1 Interação	58
4.2.2 Cooperação	65
4.2.3 Competência	67
4.2.4 Recursos Financeiros	70
4.2.5 Políticas Públicas	72
4.2.6 Turismo em Curitiba	73
5. PROJETO DE TURISMO	75
5.1 DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DO PROJETO	75
5.2 ASPECTOS TÉCNICOS	77
5.3 ETAPAS E RESPONSABILIDADES PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	79
5.4 RECURSOS HUMANOS	81
5.5 ORÇAMENTO	82

5.6 AVALIAÇÃO DO RETORNO DO INVESTIMENTO	83
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
7. REFERÊNCIAS	89
8. APÊNDICES	95

1. INTRODUÇÃO

A sociedade é influenciada por políticas públicas que interferem nas condições de vida dos cidadãos nos mais diversos campos de abrangência. Diante disso, surge a necessidade de estudos que compreendam seus mecanismos de funcionamento e vislumbrem seu aperfeiçoamento com o fito de produzir resultados positivos.

Parte-se do princípio de que a gestão pública tem como premissa zelar, cuidar e gerir o que é público, e para isso necessita que existam políticas públicas condizentes com estas atribuições, ou seja, que sejam efetivas no cumprimento dos objetivos a que se propõe.

De acordo com Souza (2006, p. 25) “as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”. Esta característica multidisciplinar desperta o interesse de diferentes campos do conhecimento, inclusive do turismo.

De maneira geral, a elaboração de políticas públicas ocorre pela ação do Poder Legislativo e do Poder Executivo, a partir de demandas, propostas e necessidades da sociedade, resultando em leis que regulam o Estado e a sociedade, e em normas que produzem direitos e obrigações que se estendem a todos os cidadãos. Diante disso, “[...] é necessária uma perfeita interação entre formuladores, implementadores e público-alvo (das políticas) para o sucesso de determinada política.” (VIANA, 1996, p. 13)

Naturalmente, o turismo, não é exceção a esta regra, estando submisso às normas e leis. Como afirmam Barretto, Burgos e Frenkel (2003, p. 12), “o turismo é um fenômeno social que não acontece num vazio, mas numa sociedade em funcionamento, e ele é, por sua vez, consequência da dinâmica desta”.

Assim este trabalho procurou, portanto, compreender como ocorrem as interações entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo na perspectiva do turismo no âmbito da cidade de Curitiba e a partir do entendimento deste fenômeno, prospectar formas de contribuir para a melhoria da realidade encontrada.

Para desvendar o âmago deste estudo, se propôs conhecer quem são os agentes e qual o contexto que circunda a elaboração das leis referentes ao turismo; procurar entender como se dá o relacionamento dos Poderes Executivo e Legislativo

no que se refere ao turismo; elucidar quais características estão presentes nos hábitos coletivos de pensamento e ação relacionados à elaboração das leis de turismo; e com base na pesquisa, conjecturar quais meios e/ou métodos podem ser aplicados para a otimização da interação de relações entre os poderes, visando o aperfeiçoamento das políticas públicas de turismo.

Curitiba é o objeto de estudo deste trabalho em função de abrigar as duas casas legislativas do Paraná, municipal e estadual, bem como os órgãos públicos do Executivo relacionados ao turismo. A sua relevância é observada ainda por tratar-se de uma das principais capitais do país sob o ponto de vista econômico, representando o 4º maior PIB – Produto Interno Bruto – do Brasil e considerando que sua atividade econômica está relacionada especialmente com o setor de serviços, onde o turismo também se encontra.

Desta forma, primeiramente está exposto o referencial teórico com uma reflexão acerca dos temas como organização do Estado, políticas públicas, especialmente no que tange ao turismo e as interações entre os poderes neste contexto.

Em seguida apresenta-se a metodologia adotada, a qual foi baseada na Teoria Fundamentada, o que se justifica pela possibilidade da criação de teorias, distanciando-se da prerrogativa de tão somente descrever determinado fenômeno e validar ou refutar uma teoria existente. Desta forma, criam-se condições para expandir as ideias e propostas advindas das análises dos resultados.

Sendo assim, os procedimentos metodológicos foram realizados em duas fases distintas, porém que se complementam para a análise de resultados. A primeira etapa foi pautada na pesquisa bibliográfico-documental, onde foram investigados artigos relevantes, documentos e relatórios oficiais, bem como a legislação relacionada ao turismo. A segunda etapa foi caracterizada pela pesquisa de campo com os agentes dos Poderes Executivo e Legislativo. O modelo de análise de dados adotado foi idealizado por Gomes (2015, p. 78), também baseado na Teoria Fundamentada e que buscou a compreensão da realidade estudada através de cinco fases bem definidas, a saber: transcrição e identificação das entrevistas, categorização, codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva. Cada uma destas fases foi detalhada no capítulo dedicado à metodologia. A partir desta análise de dados, foi então concebido o projeto de turismo.

Destarte, o trabalho almejou um entendimento mais apurado acerca do tema e o aprimoramento dos mecanismos que o envolvem, de forma que as políticas públicas de turismo se convertam em medidas efetivas para o desenvolvimento da atividade em Curitiba.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são tratados aspectos relativos a formação do Estado brasileiro, a relação das características que lhe são inerentes, bem como as discussões que envolvem a formulação das políticas públicas. Em seguida é abordado o tema das políticas públicas ligadas ao turismo, um breve histórico das políticas direcionadas ao turismo no Brasil e um paralelo da relevância da atividade turística para a sociedade. Na sequência é explanado como o setor público está associado a esta realidade e a importância das instituições. O local do estudo – Curitiba – também é explorado para contextualização do estudo deste trabalho.

2.1 INTERAÇÃO ENTRE PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

A história do Brasil é marcada por diferentes formas de governo, sendo o período republicano, mais especificamente pós-Constituinte de 1988, o que move as discussões deste trabalho. A atual concepção de estrutura governamental e de divisão de poderes no país, contudo, foi construída ao longo da história mundial, na qual algumas personalidades se destacam em função da contribuição de seus estudos acerca do tema.

De acordo com Guedes (2012, p. 3), Aristóteles (382-322 a.C.), filósofo grego, em sua obra intitulada “A Política”, foi o primeiro a isolar três tipos distintos de atos estatais, sendo o ato deliberativo, o executivo e os atos judiciais. Conforme Franco (2001, p.57), Aristóteles defendia que a divisão de poder evitaria que este se corrompesse e se legitimasse frente aos governados e, embora não tenha previsto a funcionalidade exata desta separação, explicitava sua teoria sob os termos de que, na realidade, não se trata de diversos poderes com tarefas específicas, e sim, de um só poder, o político, dividido em vários órgãos, que são encarregados de diversas funções.

John Locke, filósofo inglês do século XVII, também trabalhou a concepção de divisão de poderes. Maurano (2007, p. 23), analisando a obra “Segundo tratado sobre o governo civil”, explica que Locke advogou o regime da liberdade individual e de equilíbrio político – assim como Aristóteles – com o objetivo de conter abusos de poder do Governo, reconhecendo a necessidade da existência de funções estatais distintas,

ao que propôs quatro poderes: Legislativo, Executivo, Federativo e Discricionário. Silva e Kayser (2013, p. 35), explicam que

Segundo a teoria do autor o poder executivo é aquele que faz a execução das leis internas da sociedade sobre todos aqueles que dela fazem parte. Já o poder federativo é compreendido como o administrador da segurança e do interesse do público externo.

O poder Federativo, para Locke, é aquele que trabalha no campo das relações exteriores, incluindo tratados de paz e declarações de guerra. O poder discricionário, por sua vez, diz respeito a "[...] uma certa liberdade de ação administrativa em relação a escolha da conveniência, oportunidade e conteúdo dos atos administrativos, respeitados os limites legais" (FERNANDES, 2013, p. 3). Refere-se aos meios utilizados para o cumprimento da lei, "[...] a faculdade conferida à autoridade administrativa para, diante de certa circunstância, escolher uma dentre várias soluções possíveis" (IURK, 2008, p. 35).

Não se pretende o aprofundamento do mérito de cada função vislumbrada por Locke, mas sim observar a relevância do seu pensamento. Segundo Lima (2012, p. 31), Locke delineava um esquema político no qual o poder Legislativo teria maior importância do que o Executivo e o Federativo. No seu entendimento, o Poder Legislativo deveria determinar a forma de como se deve empregar o Poder Público, protegendo a comunidade da arbitrariedade dos governantes. Neste contexto, "[...] o rei representava o Poder Executivo que, para Locke, era mero agente do Legislativo, esse sim o grande poder" (GUEDES, 2012, p.8).

Posteriormente, Montesquieu, filósofo e político francês do século XVII, dedicou-se no trabalho sobre a questão de separação de poderes – especialmente em sua obra "O espírito das leis" – propondo a coexistência harmônica e independente entre eles, com um poder limitando outro poder. Defendia que a fusão de três poderes em um indivíduo poderia gerar grandes perigos para a sociedade, tal como Locke também alertara. Para Montesquieu (1993, p. 172), "Tudo estaria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse os três poderes: o de fazer as leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as querelas entre os particulares". O resultado da sua obra pode ser mensurado na descrição de Gouveia e Amaral (2008, p.2-3), quando afirmam que

[...] teoria montesquiana foi acatada pelas Constituições das ex-colônias inglesas da Virgínia, em 1776, seguidas pelas Constituições de Massachussets, Maryland, New Hampshire e pela própria Constituição dos Estados Unidos da América em 1787. Foi presente, também na Revolução Francesa, constando na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de

1789, Art. 16: “Toda sociedade na qual a garantia dos direitos não estiver assegurada, nem determinada a separação dos poderes, não tem Constituição.

Contudo, para Penna (2011, p. 74), ainda que diversos pensadores tenham abordado o tema da divisão de poderes, não o fizeram de maneira clara e sistemática, dando margem à ambiguidades. Para a autora, o detalhamento de atribuições viria a ocorrer de fato somente na elaboração da Constituição Americana, em 1787, que teve a influência destes e de outros pensadores, e na qual foram apresentadas proposições teóricas inovadoras para o arranjo institucional da época, sendo a primeira Constituição a estabelecer uma república democrática com uma evidente divisão de poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e um presidente como chefe de estado, eleito pelo voto popular.

Souza (2009, p. 8), enaltece o trabalho vislumbrado por estes autores, pois “O que estes pensadores fizeram foi imaginar, com rigor lógico, a origem do Estado e, a partir dessa construção abstrata, tiraram consequências sobre o exercício do poder numa sociedade que se quer livre e igual”.

No Brasil a divisão de funções do Estado está presente a partir da Constituição Política do Império do Brasil de 1824, embora este Estado se caracterizasse pela forma unitária, ou seja, com autonomia centralizada e interferência direta do Imperador. Ainda assim, sua redação determinava que “Os Poderes políticos reconhecidos pela Constituição do Império do Brasil são quatro: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo e o Poder Judicial”.

Ao todo, o Brasil já adotou sete constituições em sua história, “[...] uma no período monárquico e seis no período republicano”. (BRASIL, 2005, p.4). Depois da Constituição de 1824, todas as Constituições que a sucederam “[...] adotaram a formulação tripartida de Montesquieu” (GOUVEIA E AMARAL, 2008, p. 3).

A razão de existência de uma Constituição está atrelada ao próprio conceito de Constitucionalismo que, como afirma Lurk (2008, p. 13) consiste no “[...] movimento decorrente da vontade do homem de comandar seu destino político e de participar da vontade política do Estado, estabelecendo um conjunto mínimo de direitos e garantias a serem respeitados não só pelos governantes, mas pelos concidadãos [...]”.

Para Locke, “A Constituição seria o contrato estabelecido entre o governante e o povo para que ele pudesse governar” (GUEDES, 2012, p.7).

Deste modo, a Constituição Federal promulgada em 1988 e ainda vigente, estabelece no artigo 1º que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e no artigo 2º que “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

Esta divisão visa, portanto, promover a coexistência e o equilíbrio entre poderes no qual um limita o outro, contrapondo-se ao totalitarismo, ao absolutismo e outras formas de governos autoritários, fazendo uso do sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*), que “[...] balanceando a separação dos poderes, vem servir para evitar a tirania de um dos poderes sobre os demais” (KREBS, 2008, p. 27).

Em virtude de períodos da história brasileira onde o país esteve submetido a governos centralizadores, nos quais, por vezes, houve o cerceamento da liberdade de expressão e da participação popular nos processos decisórios, para Moraes (2001, p.45-46), “A Constituição de 1988 surge com um sentido de opção restauradora, para afastar a desfiguração levada a efeito pelo processo autoritário mais recente”.

Nesse sentido, Guedes (2012, p.4), expõe que

A separação dos poderes é um princípio geral do Direito Constitucional, que precisa ser atendido para que se reconheça o Estado Democrático de Direito. É, portanto, imprescindível que seja este princípio observado, como forma de atender ao Constitucionalismo, e à manutenção do organismo estatal.

Cabe destacar a observação de Gouveia e Amaral (2008, p.1) acerca do termo “separação ou organização dos Poderes”, cujo entendimento é que, uma vez o Poder Político caracterizado como soberano (pautado na soberania do Estado), este Poder é uno e indivisível. Deste modo, tal termo não está correto, pois o que existe, na realidade, é uma repartição das funções estatais básicas, que são atribuídas a órgãos independentes e especializados.

Dentro desta conjuntura, portanto, atualmente o Brasil caracteriza-se por um Estado composto, descentralizado, compreendendo, conforme Lurk (2008, p. 13), que

O Estado corresponde à organização de um povo, localizado de maneira estável em um determinado território sob o comando de um único poder. Na era contemporânea (atual), o Estado tem como principal característica o fato de ser um ente político com um governo institucionalizado. Toda nação politicamente organizada, em decorrência dessa institucionalização, deve ter sua forma de organização pré-estabelecida, para que o exercício do poder seja limitado.

A partir desta definição, Pimenta (2007, p. 23) esclarece que “O Governo representa o elemento formal do Estado, aquele responsável pelo exercício do Poder

Político dentro do território” e complementa ao afirmar que a atual Constituição brasileira adotou como forma de Governo a república e como sistema de governo o presidencialismo. Portanto, no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo, sendo auxiliado por seus ministros de Estado, que são por ele escolhidos para o cumprimento do exercício da administração pública (PIMENTA, 2007, p. 337).

Para Neiva (2006, p. 279) o presidencialismo “[...] é entendido como um sistema no qual o poder de tomar decisões é dividido entre duas instâncias eleitas separadamente: o Legislativo e o presidente”. E acrescenta que “Nesse sistema, o presidente desempenha um papel político (partidário) e está ativamente engajado na elaboração de políticas públicas”.

Siraque (2004, p. 25), pondera, no entanto, que o poder político no Estado Democrático de Direito é limitado, pois as funções do Estado estão subordinadas à Constituição e deve respeitar aos princípios da legalidade, da isonomia, da transparência, da fiscalização, da soberania popular, da prestação de contas, da indisponibilidade do interesse público, que são inerentes ao sistema republicano.

Sobre esta questão, Pimenta (2007, p. 336) afirma que o Poder Executivo possui como função típica a administração do Estado, de acordo com as leis elaboradas pelo Poder Legislativo, sendo exercido na esfera federal pelo Presidente da República com auxílio dos Ministros de Estado. Da mesma forma ocorre nos estados e municípios, com a figura do Governador e do Prefeito e de seus respectivos Secretários.

Gouveia e Amaral (2008, p. 6), descrevem que “A partir dos artigos 76 a 91 da Constituição Federal, fica patente que a função típica do Poder Executivo é a prática de atos de chefia de Estado, chefia de Governo e atos da administração” e destacam que “[...] a função tradicional do Poder Executivo é a administração do Estado em consonância com as leis aprovadas pelo Poder Legislativo”.

Quanto às atividades e processos que envolvem o Poder Legislativo, assim como suas principais funções, Pimenta (2007, p. 322) afirma que

O processo legislativo pode ser compreendido como o conjunto de atos realizados com a finalidade de elaboração de um ato legislativo, que constitui a função típica do Poder Legislativo. Com efeito, o processo legislativo representa o desempenho da própria atividade legislativa, compreendendo todos os atos necessários à elaboração, discussão, votação, aprovação e promulgação ou sanção de uma lei ou outro ato legislativo.

Observa-se que a Constituição Federal de 1988 promove o retorno do federalismo, estabelecendo-o em cláusula pétrea, não sendo permitido, portanto, ser abolido através de nenhuma forma ou instrumento legal. Destarte, os estados e municípios são entes da Federação com autonomia para legislar em assuntos locais, observados, naturalmente, os princípios da Constituição Federal. (BRASIL, 1988, artigo 60 § 4).

Pimenta (2007, p. 26-27) explica que no Brasil há três esferas de poder: a União, os estados e o Distrito Federal, e os municípios. Na federação os estados são autônomos, ou seja, tem autonomia administrativa, jurídica e legislativa, incluindo Constituições próprias, porém não são soberanos, pois esta condição é exclusiva do Estado Federal ou União. Já os municípios possuem apenas autonomia administrativa e legislativa.

No mesmo entendimento, Maurano (2007, p. 7) acrescenta em relação aos municípios que a Constituição Federal de 1988 elevou os municípios à condição de entes federados, concedendo-lhes autonomia política, administrativa e financeira, e instituiu dois poderes de governo, Executivo e Legislativo. Também concedeu à Câmara Municipal (eleita pelo povo), as funções típicas do Poder Legislativo, de representação, de controle e de elaboração de normas e leis.

O Estado brasileiro, portanto, está conjugado na perspectiva do exercício da democracia, na amplitude da participação popular e de seus interesses representados nas diferentes esferas de poder.

Nos Poderes Legislativo e Executivo, encontra-se o elemento político, onde ocorre o “jogo de poder” e dominação entre os atores políticos contemporâneos. No centro deste embate há a discussão que envolve as leis e a formulação de políticas públicas, estreitamente ligada à relação entre os poderes, cuja cooperação é essencial para a governabilidade.

Oliveira (2010, p. 93), explica que:

Entende-se por governabilidade as condições adequadas para que os governos se mantenham estáveis. São essas condições adequadas, enquanto atitudes de governos (sejam eles de âmbito nacional, regional/estadual ou municipal), que caracterizam as políticas públicas.

Neste ambiente existe o denominado o sistema de freios e contrapesos (checks and balances), que surgiu como meio para estabelecer um equilíbrio e uma forma de controle mútuo entre os Poderes, mas também criou um mecanismo

complexo de articulações políticas com vistas a governabilidade. Para Limongi e Figueiredo (2005, p. 738)

No que tange à arena legislativa, o ponto de partida do argumento é a separação de poderes própria ao presidencialismo, e a consequência usualmente derivada dele, qual seja, a ausência de mecanismos – em contraste com o que ocorreria no parlamentarismo – que garantam ao chefe do Executivo o apoio político à sua agenda legislativa. O Executivo precisa de votos dos parlamentares, mas não disporia dos meios para obtê-los.

Sendo assim, a governabilidade, a falta de maioria no parlamento, resulta numa lógica confrontacionista “[...] resultando em uma espécie de competição entre os Poderes pelo recurso do Estado, em que de um lado se encontrariam os parlamentares em busca de seus interesses próprios e, do outro, o Poder Executivo” (SANTOS, 2011, p. 15).

Bittencourt (2012, p.8-9) aponta que a coalizão para obtenção de maiorias e governabilidade se faz após as eleições. Segundo o autor, existem diversos riscos decorrentes desta prática, tais como, a incompatibilidade programática (interesses divergentes) e a consequente fragilidade no processo de tomada de decisão ante aos problemas sociais, a distribuição de cargos e benesses governamentais que podem superar a capacidade de concessão do Executivo e problemas advindos de incapacidade de articulação e liderança do chefe deste mesmo Poder Executivo. Esta consideração explora uma realidade possível, sem entrar no seu mérito, ou seja, não implica em dizer que tais práticas sejam, necessariamente, ilícitas ou antiéticas, mas é certo que podem gerar situações prejudiciais e/ou restritivas ao exercício do governo.

Acerca desta questão, Bittencourt (2012, p.7) afirma que:

Este é o “dilema” que se colocou para o constituinte no desenho institucional: os mecanismos de governo teriam de combinar a eficácia decisória tradicionalmente associada aos sistemas políticos ditos “majoritários” (que geram no aparelho estatal situações de maioria clara que consegue formar governo e impor suas decisões dentro das regras vigentes) com a representatividade de modelos “consensuais” (cujo funcionamento permite a uma maioria de grupos distintos influir nas decisões, conquistando mais legitimidade para o resultado final e reduzindo os pontos de tensão).

Limongi e Figueiredo (2005, p.740; 747), consideram que o comportamento dos agentes pode ser vistos por alguns como uma “moeda de troca”, onde a execução de emendas propostas pelos membros do Legislativo seria “trocada” por votos que o Executivo necessita para cumprir suas metas e propósitos de governo. Para estes autores, contudo, esta visão não está avaliada corretamente, pois as suas

experiências demonstram que é muito difícil comprovar esta relação causal, primeiro em função da rotatividade dos parlamentares na Casa Legislativa e, em segundo, porque o Executivo não abre mão de suas prioridades na administração do governo. Além disso, o apoio à agenda do Executivo segue as bases partidárias, coletivamente. Por agenda, segundo Viana (1996, p. 7), entende-se “[...] o espaço de constituição da lista de problemas ou assuntos que chamam a atenção do governo e dos cidadãos”.

Em suma, Teixeira (2002, p. 2) esclarece que o poder é uma relação social que envolve atores com interesses e projetos diferentes e, por vezes, contraditórios. Para o autor, as formas de exercício do poder político, que envolvem conflitos que circundam o poder de decisão, distribuição de poder, repartição de custos e benefícios sociais, estão diretamente ligadas ao processo de elaboração e implantação de políticas públicas. Naturalmente, uma vez que as políticas públicas interferem em todos os segmentos da sociedade, também o turismo por elas é influenciado, o que torna pertinente tratar do turismo ligado ao setor público.

Os temas trabalhados neste tópico são ilustrados na Figura 1. Com isto, pode-se ter uma visão geral da lógica circunscrita à interação entre os poderes Executivo e Legislativo. O propósito deste fluxograma consiste em demonstrar a sequência linear de assuntos tratados, iniciando por um breve histórico do sistema tripartite na história mundial a partir de alguns dos principais autores que deram início e sustentação para as bases de separação de poderes, dialogando por meio da sua dialética ao longo do tempo produzindo a evolução dos estudos que culminaram na atual estrutura. Em seguida foram abordados comentários tecendo sobre a divisão de poderes no Brasil, a partir da primeira Constituição brasileira em 1824 até a atual Constituição de 1988, propondo, neste ínterim, uma reflexão sobre os conceitos relacionados à Constituição e, posteriormente, os elementos que caracterizam o Estado e o Governo brasileiro. Por fim, foi estabelecida uma relação entre os poderes Executivo e Legislativo, com as variáveis que podem surgir neste complexo cenário de decisões político-administrativas.

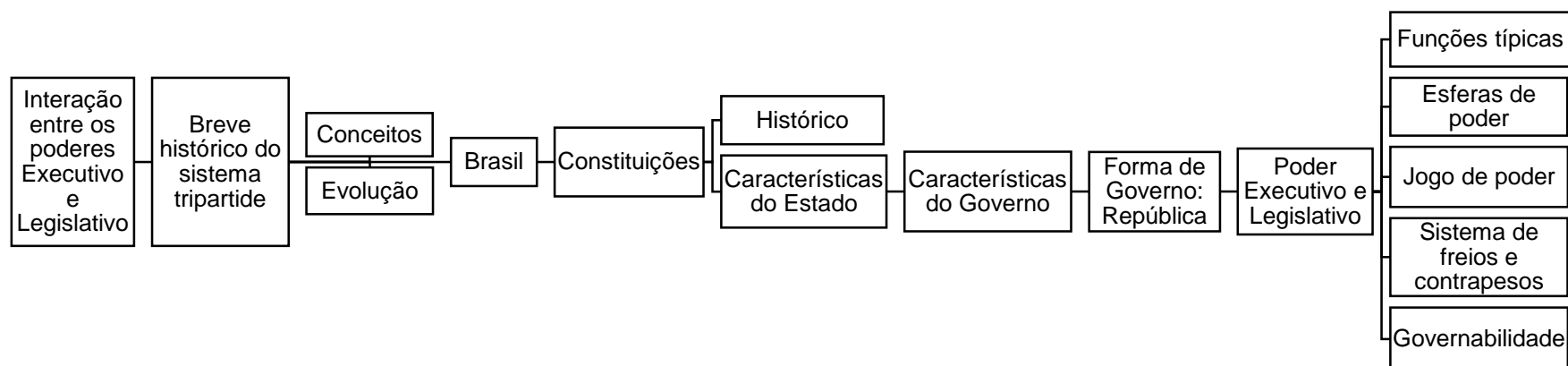


FIGURA 1 – TEMAS ABORDADOS NO SUBTÓPICO INTERAÇÃO ENTRE PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

FONTE: Elaborado pelo autor (2015).

2.2 TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A redemocratização brasileira, como mencionado no capítulo anterior, trouxe uma nova organização ao setor público, e ampliou as possibilidades de interação e participação na elaboração de políticas públicas. Oliveira (2010, p. 93), destaca que

A discussão acerca das políticas públicas tomou nas últimas décadas uma dimensão muito ampla, haja vista o avanço das condições democráticas em todos os recantos do mundo e a gama de arranjos institucionais de governos, que se tornou necessário para se fazer a governabilidade.

Neste contexto, o turismo e o setor público estão intimamente ligados, pois o turismo é parte da sociedade e com implicações econômicas e sociais, sendo agente transformador e ao mesmo tempo sendo transformado por ela.

Para Pimentel (2009, p. 129),

O turismo é um fator pelo qual muitos lugares se inserem, ou são inseridos, nessa sociedade urbana. Ou, ainda, em casos em que o protagonismo é menor, esse ao menos contribui no acontecer e na atualização das transformações que tal sociedade engendra em sua dinâmica.

É importante mencionar que o turismo também está contemplado na Constituição Federal de 1988 em dois momentos: o primeiro, no artigo 24, quando trata da competência da União, dos Estados e do Distrito Federal de legislar sobre o patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, visando sua proteção e, ao mesmo tempo, atribuir responsabilidades a danos causados a ele; e o segundo, no artigo 180, quando aborda a ordem econômica e financeira, e estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico. Não obstante, apesar do fato do turismo ter sido lembrado pelos constituintes, notoriamente não aparece com grande destaque.

Ao tratarmos do tema políticas públicas, é prudente compreender que não há uma definição que contemple toda a sua profundidade e complexidade. Contudo, Barretto, Burgos e Frenkel (2003, p. 33), sintetizam o tema afirmando que “em termos genéricos, por políticas públicas se entende as ações do Estado orientadas pelo interesse geral da sociedade”.

Cabe destacar que o termo “público”, de acordo com Oliveira Júnior (2011, p. 89), “[...] não se refere, originariamente, ao Estado, mas ao povo e, como tal, refere-se ao espaço em que as pessoas habitam, realizam seus negócios, isto é, o espaço

do mundo, feito pelo homem”. Para Parsons (2007, p. 3) também é o local da atividade humana no qual se crê que precisa de regulamentação ou intervenção governamental ou social.

Portanto, “público” remete ao coletivo, ao espaço compartilhado, à vida em sociedade em sua definição mais ampla. É algo que interfere direta ou indiretamente na vida de todos os grupos sociais que são submetidos às políticas e pressupõe que interessem aos mesmos conhecer os fins destas políticas e seus efeitos na sociedade.

Nesse sentido, Souza (2006, p. 24), ao tratar do assunto políticas públicas, atesta que

A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder as seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

As respostas a estas perguntas remetem ao nível de conhecimento da realidade por parte dos tomadores de decisão, bem como de seus recursos disponíveis, interesses investidos, entre outros fatores inerentes, que podem ser isolados ou conjugados dentro de uma mesma política pública. “São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente” (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

As políticas públicas também podem ser elaboradas a partir da demanda da sociedade, mas a qualidade de propostas depende da capacitação dos agentes. Esta qualificação, por sua vez, também é resultado de políticas públicas.

Sendo assim, com uma proposta educacional (capacitação) associada à informação, qualifica-se a elaboração de políticas públicas. Sobre isto Beghini (2003, p. 16) discorre que “A sociedade precisa se posicionar diante das opções de desenvolvimento, devendo ser esclarecida sobre as diferentes possibilidades existentes, de forma a poder exigir políticas públicas coerentes com as opções escolhidas mais condizentes com a sua realidade”.

Para Souza (2006, p. 25),

[...] as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores.

Segundo a autora, este cenário caracteriza as Políticas Públicas no campo multidisciplinar, ao mesmo tempo em que esta visão holística não necessita de uma

coerência teórica nem metodológica, mas compreende a junção de vários pontos de vista distintos.

Outro ponto de vista a ser destacado refere-se ao fato de que as Políticas Públicas também podem ser concebidas sob a ótica da inércia. Há quase cinquenta anos, Bachrach e Baratz¹ (1962 apud Souza, 2006, p. 24) “[...] mostraram que não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública”. Neste caso, a opção de “não fazer nada” é uma atitude de resposta a um determinado problema ou situação, ou seja, fruto de uma tomada de decisão.

Por tudo isto, constata-se que as políticas públicas têm o papel de protagonizar transformações sociais, seja pela via da pró-atividade, seja pela omissão, pois de qualquer modo “As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”. (SOUZA, 2006, p. 25).

Sobre esta questão, Menicucci (2007, 25) defende que a análise das políticas públicas pode ser associada aos estudos institucionalistas, tendo como conceito de instituição as organizações formais, mas também como regras do jogo que estruturam comportamentos e limites que envolvem a interação humana. Para a autora, esta ligação ocorre a partir de duas vertentes. A primeira baseia-se no que ela chama de constrangimentos institucionais, ou seja, as maneiras como as regras da vida política e social influenciam o comportamento político e, por conseguinte, as organizações. A segunda aponta para o fato das políticas públicas também constituírem regras do jogo em uma sociedade, influenciando a alocação de recursos econômicos e políticos. Assim, na sua visão, as políticas públicas não são apenas o resultado de ações políticas, mas podem ser a causa delas.

Desta forma, tendo como premissa que as políticas públicas são ações do Estado, tal como fora mencionado anteriormente, Viana (1996, p. 13) traz à reflexão que estas ações são resultado de uma fase de elaboração na qual os agentes envolvidos são movidos por valores, ideais, princípios e ideologias. Nesta mesma perspectiva, Vieira (2009, p. 23) afirma que a participação dos agentes é fundamental, visto que estes podem desenvolver ou criar barreiras para sua efetivação.

¹ BACHRACH, P. e BARATZ, M. S. “Two Faces of Power”, *American Science Review* 56: 947-952. 1962.

Esta discussão se estende às políticas públicas de turismo, tendo em vista a multidisciplinaridade do turismo (assim como das políticas públicas) e a sua relevância ao contexto social e econômico.

Begnini (2003, p. 2), afirma que

O turismo, em seu sentido econômico e social, é uma das poucas atividades que consegue gerar um considerável aumento no nível de emprego – direto e indireto – e renda para pessoas de diferentes faixas etárias nas mais diversas localidades onde é implantado.

Mas para que seja utilizado o potencial do turismo, de modo que convirja em resultados positivos, emerge a necessidade de pensar, criar e implementar políticas associadas. “O planejamento racional do turismo implica a existência de políticas públicas: de saneamento, saúde, transporte, de proteção ao consumidor, de distribuição de renda” (BARRETTO, BURGOS E FRENKEL, 2003, P. 36).

Weiss (2000, p. 12-13), dimensiona o setor ao explicar que

O turismo é formado por um amplo e diversificado conjunto de atividades econômicas com importância destacada no setor de serviços, na indústria e no comércio em geral. No Brasil, segundo a matriz insumo-produto do IBGE, sabe-se que 52 setores da economia são, diretamente, impactados pelo bom desempenho da indústria turística, com reflexos consideráveis, diretos e indiretos, sobre a geração de empregos.

Portanto, “O produto turístico não é composto por um único tipo de elemento, mas sim por um conjunto de itens, como transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, souvenirs e outros” (SANTOS, DAKOTA, 2012, p. 24).

A despeito dessa realidade, “A preocupação governamental com o turismo no Brasil, de forma ampla e sistemática, é bastante recente, data da década de 50” (MASSUKADO, TEIXEIRA, 2006, p. 203).

Cabe destacar que não é objetivo deste trabalho o mero acúmulo de conhecimento de planos, programas e projetos. No entanto, julga-se necessário conhecer as principais políticas públicas relacionadas ao turismo, com o intuito de trazer à memória as realizações deste campo, para assim buscar a compreensão da realidade e promover a discussão e evolução destas políticas.

Brusadin (2005, p. 95) relata que o planejamento de turismo no Brasil teve início em 1966, com a criação da Empresa Brasileira de Turismo – Embratur – atualmente Instituto Brasileiro de Turismo. Posteriormente, foi criado o Sistema Nacional de Turismo, com a participação da Embratur e do Conselho Nacional de Turismo – CNT, e a primeira política nacional do setor, com investimentos na

infraestrutura turística para o Nordeste brasileiro, porém sem preocupar-se em investimentos em capacitação da mão-de-obra das comunidades locais.

Primeiramente, esclarece Pereira (1999, p. 10) “A política de turismo é a forma na qual o Poder Público intervém no setor”. Em segundo lugar, “Entende-se o planejamento como parte do processo político de tomada de decisão sobre as ações que vão interferir no futuro, constituindo um espaço privilegiado de negociação entre os atores sociais, confrontando e articulando interesses nas definições de alternativas para a sociedade” (BEGNINI, 2003, p. 97).

Brusadin (2005, p. 91) apresenta o planejamento como elemento crítico para a garantia de um desenvolvimento sustentável a longo prazo e revela que no Brasil, o planejamento da atividade turística vem sendo direcionado pelo Estado, sempre com o objetivo de garantir a melhoria do balanço de pagamentos, a criação de empregos ou visando o fluxo turístico como medida para a redução da sazonalidade da atividade.

Já na década de 1980, de acordo com Pereira (1999, p. 16), a política nacional de turismo era orientada sob a égide da verticalização, centralização e subordinação ao Sistema Nacional de Turismo, composto pela Embratur, pelo CNTur e pelo Ministério da Indústria e Comércio). A centralização buscava a eficiência na distribuição de recursos e redução de conflitos, porém, havia ausência de representatividade e o resultado foi a produção de ações paralelas e desconexas, sem parâmetros e planejamento adequado às prioridades do setor.

A segunda política nacional do turismo segundo Brusadin (2005, p. 96) ocorreu na década de 1990, através da promulgação da Lei nº 8.181/91 que propiciou o fortalecimento da Embratur ao passar a ter a finalidade de formular, coordenar e executar a política nacional de turismo. Estas foram pautadas em pressupostos desenvolvimentistas, como a estabilização econômica, o financiamento do desenvolvimento e a reforma do Estado, objetivando a inserção competitiva, a modernização, a eficácia do Estado e a redução dos equilíbrios espaciais e sociais.

Massukado e Teixeira (2006, p. 204) corroboram as afirmações de Brusadin a respeito do histórico nacional das políticas de turismo. Sobre isto discorrem que

Juntamente com a criação da EMBRATUR, o Decreto/lei nº 55/66 define, pela primeira vez, uma série de dispositivos legais que permitem identificar a gênese de uma Política Nacional de Turismo. Somente na década de noventa, já sob o rótulo de instituto, a EMBRATUR passou a ser peça fundamental na elaboração de políticas públicas para o setor.

Na década de 1990 destaca-se também o PNMT – Plano Nacional de Municipalização do Turismo. De acordo com Endres (2008, p. 84), este Plano adotava um discurso de parceria e participação como método de trabalho, dotando os municípios brasileiros com potencial turístico de condições técnicas e organizacionais para que pudesse elaborar seus próprios planos para o desenvolvimento, estimulando a descentralização.

Pereira (1999, p. 17) explica que neste método:

Como num efeito dominó, o turismo municipal influi sobre o desempenho do turismo estadual, que por sua vez determina a eficácia do turismo nacional e a conseqüente competitividade internacional do produto turístico brasileiro, através da busca da qualidade na prestação de serviços e no correto gerenciamento dos recursos naturais e culturais por parte de todos os atores envolvidos neste processo, quer sejam eles públicos ou privados.

Contudo, segundo Endres (2008, p. 88), esta proposta de descentralização, mesmo sendo formada por redes, pela constituição de Comitês (federal e estadual) e dos Conselhos Municipais (garantindo a heterogeneidade institucional), enfrentou problemas como expectativas não satisfeitas, falta de confiança e comprometimento, exclusão de grupos não organizados, conflitos entre organizações diferentes e inabilidade na gestão dos processos, especialmente no nível municipal. Para a autora, as adversidades são decorrentes de uma experiência inovadora de política pública para a atividade turística.

Já na visão dos ex-gestores do PNMT, os resultados foram bastante positivos, como descreve Brusadin (2005, p.104), na [...] metodologia empregada, envolvimento dos municípios turísticos, desenvolvimento de planos e conselhos de turismo, expansão da possibilidade de turismo para o país e, principalmente, promovendo a discussão do turismo em várias camadas da sociedade”.

Para Pereira (1999, p. 17) o PNMT trouxe o enfoque da “[...] horizontalização das diretrizes e ações para a política de turismo no Brasil, tendo como referência a integração de todos os atores intervenientes no setor e agindo na base, que é o município”.

Brusadin (2005, p. 96) explana que o ano de 2003 marca a criação do Ministério do Turismo, subdivido em diversos órgãos: Secretaria de Política de Turismo, Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, Conselho Nacional de Turismo. A Embratur passou a partir deste momento a atuar na promoção e divulgação do turismo brasileiro, dentro de uma perspectiva do governo de privilegiar a gestão descentralizada.

Merece destaque ainda o Programa Nacional de Regionalização do Turismo – PRT que surgiu em 2002, conforme Endres (2008, p.88),

[...] uma variação mais ampla do PNMT, que substitui a escala municipal pela regional. Ou seja, não são mais os Conselhos Municipais os protagonistas do Programa, mas as Instâncias de Governança que representam um grupo de municípios agregados por suas características regionais.

Neste contexto de gestão pública, Pereira (1999, p. 12) destaca que a política nacional de turismo deve ser ou deveria ser, o elo que une a esfera governamental, representada pelos segmentos oficiais do sistema e beneficiários da política, e considera que no seu interior encontram-se os caminhos para alcançar os objetivos nacionais para o turismo.

Endres (2008, p.90), contudo, ressalta que tanto o PNMT como o PRT são programas com características constitutivas e estruturadoras, com o objetivo de melhorar a governabilidade e atingir eficiência.

Assim, nesta breve discussão acerca da tratativa das políticas públicas concernentes ao turismo no âmbito nacional brasileiro no decorrer de pouco mais de meio século, nota-se que o turismo está, paulatinamente, evoluindo como fenômeno social, ainda que entre acertos, mudanças e percalços. Entretanto, emerge a necessidade de consolidar políticas de turismo que garantam seu desenvolvimento adequado.

Pereira (1999, p. 8), adverte que

A consolidação de políticas públicas deve ser a manifestação primeira de uma conscientização governamental para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população. O turismo, dentro do seu amplo espectro e contexto, não é uma atividade que passa ao largo das transformações do mundo do trabalho e das necessidades da sociedade contemporânea, tampouco da globalização e da reestruturação das atividades econômicas e produtivas.

Sem esta conscientização governamental, a consolidação de políticas públicas de turismo torna-se algo inconsistente e inepto, uma vez que cabe ao Estado promover o bem-estar social.

O Estado deve gerir a alocação de recursos, ou seja, atender às necessidades públicas, tomar as decisões de quanto, como e onde alocar os valores arrecadados sob a forma de impostos, tendo como ferramenta básica, para tanto, uma contabilidade orçamentária”. (ATHAYDE JUNIOR, 2010, p. 40).

Desta forma, quanto maior for a conscientização governamental no que tange ao turismo, maior será sua capacidade administrativa, de recursos, de articulação e ação. Contudo, Vieira (2009, p. 35), adverte que o turismo é difícil de ser controlado e

gerido, portanto, necessita de uma organização que tenha responsabilidade e autoridade, e que possua capacidade de atender as exigências sociais.

Daí a importância dos órgãos públicos municipal e estadual de turismo, para gerenciamento da atividade. Gomes (2015, p. 60) ressalta que “[...] no turismo é função do setor público, enquanto representante da sociedade, atuar como coordenador e guardião do desenvolvimento sustentável da atividade”.

Assim, de acordo com Massukado e Teixeira (2006, p. 203),

No âmbito estadual, tratando-se do Estado do Paraná, tem-se a seguinte distribuição de poderes: a Secretaria Estadual de Turismo e a Paraná Turismo. Nos municípios acredita-se que a gestão do turismo tenha como órgão representativo uma Secretaria Municipal, seja ela exclusiva ou vinculada a alguma outra pasta.

As autoras destacam também que “A PARANATUR foi, ainda, a primeira organização pública do turismo no Paraná, voltada ao planejamento da atividade e não apenas a sua divulgação” (MASSUKADO, TEIXEIRA, 2006, p. 204).

Em relação ao estado do Paraná, Massukado e Teixeira (2006, p. 204), afirmam que

A Política Estadual de Turismo do Paraná é o documento orientador das ações do Estado para o desenvolvimento do turismo e está sob responsabilidade estratégica da Secretaria de Estado do Turismo. A partir da apresentação deste documento, o Estado iniciou a ordenação das políticas setoriais, das ações estratégicas, dos programas e dos projetos relacionados ao planejamento do turismo sustentável do Paraná. A política ainda alerta para a complexidade da atividade. Destaca a necessidade de englobar o turismo às políticas dos vários setores interdependentes e com demandas variadas, numa visão de integração horizontal além de resguardar a vinculação vertical, ou seja, compatibilizada às questões federais, regionais, estaduais e municipais. Estas considerações compuseram o alicerce primeiro do processo de planejamento do turismo no Estado e, auxiliaram a delimitação, por parte da secretaria, de suas políticas setoriais.

No âmbito do Município de Curitiba, o ano de 2005, conforme Gomes (2015, p. 173), marca a criação do Instituto Municipal de Turismo – CURITIBA TURISMO, cuja função é cuidar da atividade concernente ao turismo na cidade.

Já a Lei n. 14.115, de 17 de outubro de 2012 estabelece a política municipal de turismo, visando orientar o desenvolvimento sustentável do turismo local. A lei estipula objetivos amplos, norteados por articulação, fomento, incentivo, apoio a eventos, política tributária, sem, no entanto, entrar em especificidades práticas. Contudo, ainda que tardia, a Lei demonstra a evolução da percepção do turismo perante a gestão pública e serve de base para a formulação de políticas inerentes ao setor.

Nota-se que a criação de um órgão específico para tratar dos assuntos relacionados ao turismo, somado à política municipal de turismo, representam avanços do setor de turismo na ótica da administração pública municipal. Também cabe ressaltar que estes acontecimentos são recentes. Todavia, é prudente destacar que o orçamento destinado a este órgão é um dos menores do município, tendo sido da ordem de R\$ 6.182.000,00 para o ano de 2014, conforme a Lei N° 14.397/2013. Portanto, ao menos no que se refere a valores orçamentários, a atenção conferida ao turismo, fica abaixo de quase todos os outros segmentos sociais.

Diante disso, urge compreender as relações do turismo entre os poderes, na expectativa de que haja um movimento de expansão e desenvolvimento da atividade, na medida em que surjam políticas públicas efetivas para o setor, mesmo que haja dificuldades e percalços como aponta Barretto (2005, p. 10), quando afirma que

Toda a cientificidade e os esforços acadêmicos em favor do planejamento responsável do turismo esbarram em velhos problemas, tais como a politicagem, a especulação imobiliária, o imediatismo empresarial e o egoísmo perante questões sociais, que prevalecem entre os detentores do poder de decisão.

Ainda assim, as discussões e tratativas sobre o assunto permanecem pertinentes e relevantes, motivo o qual é preciso produzir conhecimento no anseio de alcançar resultados positivos e práticos.

Tal como fora ilustrado no tópico anterior, a Figura 2 apresenta os assuntos abordados dentro da temática de turismo e políticas públicas. Como forma de ilustração sobre a linearidade dos temas trabalhados, pode-se observar que o tópico se abre em três perspectivas. A primeira, políticas públicas, envolveu a questão conceitual, suas influências na sociedade (inclusive no turismo), e como a própria sociedade as influencia, o planejamento ligado à tomada de decisão e as variáveis implícitas neste processo. O turismo foi discutido no que se refere à sua relevância, ao histórico de políticas públicas dedicadas à área, o seu lugar na Constituição Federal de 1988, e instituições ou órgãos oficiais de turismo.

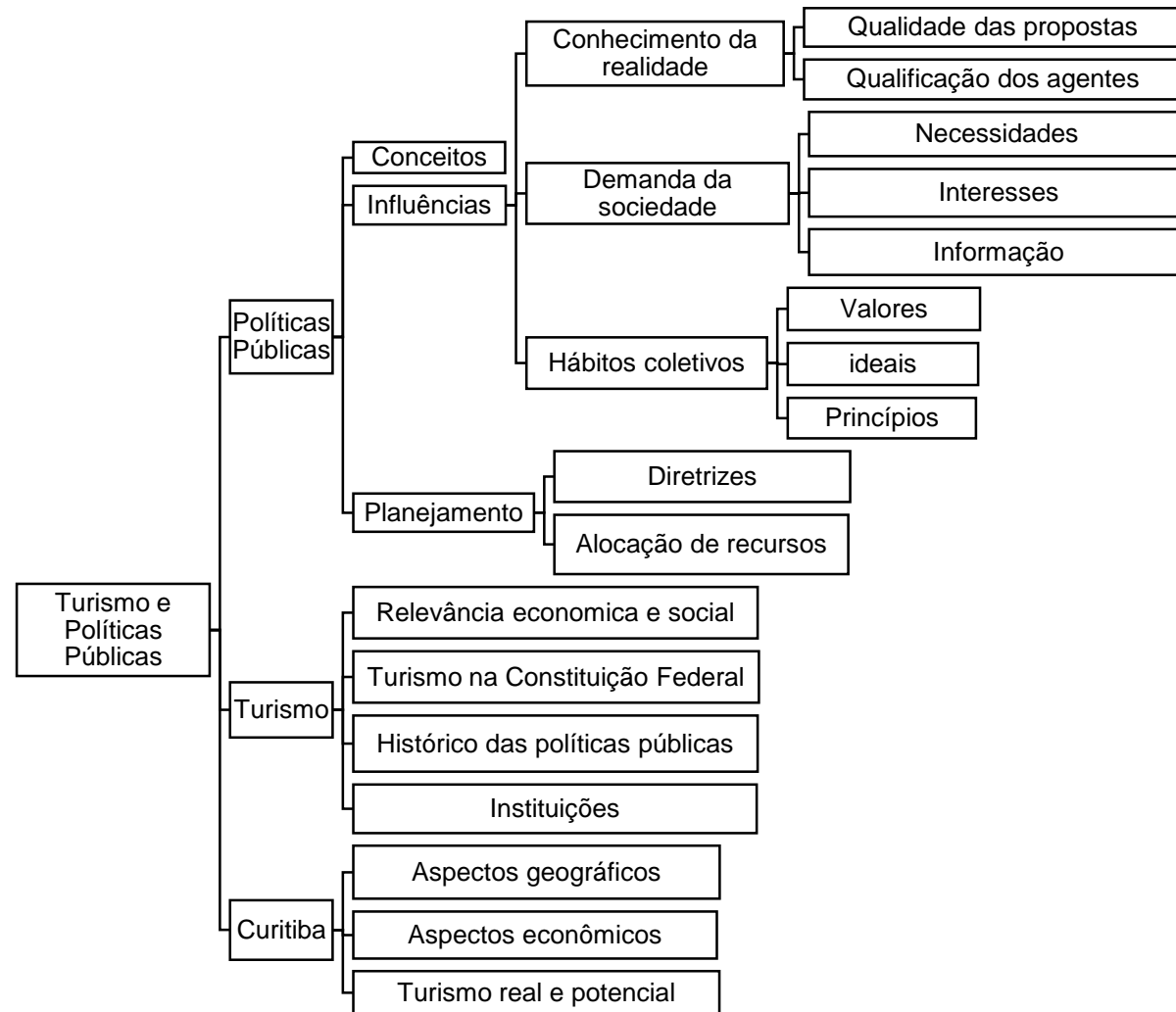


FIGURA 2 – TEMAS ABORDADOS NO SUBTÓPICO TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

FONTE: Elaborado pelo autor (2015).

2.2.1 Turismo e políticas públicas: o contexto de Curitiba – Paraná

Curitiba, capital do estado do Paraná, é o campo de estudo deste trabalho. Além das razões já apontadas para sua escolha, cumpre contextualizar o local onde a pesquisa foi desenvolvida.

Curitiba possui 322 anos, conta com uma população de 1.851.215 habitantes – de acordo com o IBGE/2009 – distribuída em 75 bairros da cidade, que abrange uma área de 434,967 km². Situa-se na região leste do estado – conforme ilustra a Figura 3 – a 945 metros acima do nível do mar (CURITIBA, 2015b).



FIGURA 3 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE CURITIBA

FONTE: Google. Adaptado pelo autor (2015).

Segundo a Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A (CURITIBA, 2015c), a posição geográfica de Curitiba é considerada privilegiada em relação aos países que compõem o Mercosul – Mercado Comum do Sul – a saber: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela – Figura 4. A localização é considerada estratégica por situar-se a um raio de no máximo 1.800 km das capitais dos países membros, onde está concentrada 71% da população total, assim como a maior parte do PIB desses países. Portanto, esta posição geográfica configura-se numa situação potencial para relações

comerciais, o que pode ser um elemento positivo para o turismo em Curitiba, uma vez que reside no turismo de negócios a motivação da maioria dos turistas que visitam a cidade, conforme pesquisa de perfil, demanda e opinião realizada pelo Instituto Municipal de Turismo – CURITIBA TURISMO, em 2012.



FIGURA 4 – POSIÇÃO GEOGRÁFICA DE CURITIBA EM RELAÇÃO AO MERCOSUL
FONTE: Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A

O território de Curitiba engloba uma região cosmopolita, com uma formação cultural heterogênea em função da composição da sua população ter sido influenciada pela imigração de povos oriundos de diversos países. O seu entorno é constituído por 28 municípios, que compartilham funções e serviços com a capital paranaense e, por conseguinte, são agentes que tem a recíproca de influenciar e sofrer influências econômicas face à integração regional. Esta condição também desperta o interesse e a preocupação do setor público, na medida em que a Prefeitura de Curitiba dispõe de uma Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos (SMAM), cuja proposta visa melhorar a qualidade de vida do cidadão metropolitano (CURITIBA, 2015d).

Curitiba ocupa atualmente o 4º lugar no ranking das cidades mais prósperas do país, contribuindo com 1,4% do PIB Nacional (Produto Interno Bruto), o que representa R\$ 59,2 bilhões. Dentro desta composição, o setor de serviços é responsável por 83% do PIB total da cidade, o que se torna relevante tendo em vista que o turismo também está inserido neste universo e pode ser um vetor de desenvolvimento a ser potencializado (CURITIBA, 2015c).

A cidade de Curitiba também possui títulos que lhe conferem visibilidade nacional e internacional. É considerada “cidade universitária”, por abrigar um grande número de universidades e instituições de ensino superior, gerando aproximadamente 110 mil vagas para estudantes. Nos últimos cinco anos, recebeu destaques e prêmios de inegável reconhecimento. Foi premiada como “cidade do design”, em função de sua arquitetura e urbanismo, “cidade digital”, 4ª melhor cidade para empreender no Brasil, melhor capital em gestão municipal, melhor capital em mobilidade urbana, 4ª melhor cidade do mundo para pedalar (bicicleta), uma das dez cidades com melhor qualidade de vida do mundo, uma das cidades mais inteligentes do mundo, capital mais desenvolvida do país, referência em planejamento urbano, cidade mais verde e sustentável da América Latina, líder em desenvolvimento econômico e social entre as capitais brasileiras, também foi eleita uma das 28 cidades mais limpas do mundo (CURITIBA, 2015e).

Todo este cenário no qual Curitiba se enquadra, concorre para que o turismo seja uma atividade mais significativa, e contribua de forma mais efetiva para a sociedade, pois segundo Bonfim e Bahl (2012, p. 73-74), a atividade turística vem se consolidando justamente no meio urbano, cujas intervenções processadas em sua paisagem contribuem para alavancar a demanda turística.

3. METODOLOGIA

Como o objetivo deste trabalho busca compreender como ocorrem as interações entre os poderes Executivo e Legislativo sob a ótica do turismo em Curitiba, a metodologia foi assim delineada a fim de responder esta questão.

Primeiramente, buscou-se identificar o tipo de pesquisa, suas características, bem como os instrumentos de coleta de dados e a teoria que orientou sua formatação e análise de dados.

Tomando como base a premissa de que o método se refere aos meios pelos quais se aborda o objeto de estudo, o desenvolvimento deste trabalho teve o intuito de fazer uma análise da realidade, ligando os procedimentos metodológicos aos resultados almejados, mediante o planejamento descrito a seguir.

A pesquisa se configurou numa abordagem de caráter qualitativo, visto que trabalha na perspectiva de aspectos subjetivos, de motivações diversas aliadas à espontaneidade de entrevistas. Neste sentido, Perez (2005) considera como uma forma de interpretar a realidade e de entender os fenômenos em questão, utilizando como base as opiniões e experiências dos envolvidos e participantes na pesquisa.

A pesquisa teve como enfoque o método indutivo, pois partiu da observação dos fenômenos particulares para chegar a generalizações, tal como define Gewandsznajder (1989, p.41), “[...] o processo pelo qual – a partir de um certo número de observações, recolhidas de um conjunto de objetos, fatos ou acontecimentos – concluímos algo aplicável a um conjunto mais amplo ou a casos dos quais ainda não tivemos experiência.

Caracterizou-se também como de natureza aplicada, pois visou produzir conhecimentos para resolver problemas, por meio da análise de procedimentos para promover melhorias e aprimorar serviços. Em relação aos objetivos, a pesquisa é exploratória e descritiva. Classificou-se como exploratória, pois, de acordo com Richardson (1999, p.66), é mais adequada “quando não se tem informação sobre determinado tema e se deseja conhecer o fenômeno”, e em função do uso da técnica de pesquisa bibliográfico-documental, face à subjetividade da análise da qualidade. Também é descritiva devido ao levantamento de informações e opiniões de determinados grupos, visando a identificação e análise das características e efeitos do fenômeno estudado.

Os instrumentos de coleta de dados foram a pesquisa bibliográfico-documental e o roteiro de entrevista. Como orientação metodológica de investigação foi utilizada a teoria fundamentada, visto que se trata de um método qualitativo, cíclico e subjetivo, que permite conhecer a realidade dos fenômenos estudados, enquadrando-se perfeitamente na proposta deste trabalho. Desta forma, o método qualitativo favoreceu a interpretação, a compreensão e a construção da realidade, de modo subjetivo. Já a característica cíclica, de acordo com Dantas et al (2009, s.p.), “[...] permite ao pesquisador mudar o foco de atenção e buscar outras direções, reveladas pelos dados que vão entrando em cena”.

A teoria fundamentada foi criada, conforme Araújo (2010, p. 3), na década de 1960, pelos sociólogos Barney Glaser e Anselm Strauss, o primeiro influenciado por métodos qualitativos inovadores em pesquisa, e o segundo, também com tradição em pesquisas qualitativas, mas fortemente influenciado por textos interacionistas e pragmáticos.

De acordo com Strauss e Corbin (2008, p.25), na teoria fundamentada o pesquisador não inicia o trabalho de pesquisa com uma teoria preconcebida, ao contrário, começa com uma área de estudo e permite que a teoria surja a partir dos dados. Sendo assim, a proposta não é utilizar uma teoria existente e testá-la para ao final, validá-la ou não; antes, o uso da teoria fundamentada se baseia na prerrogativa da liberdade, entendendo-se que esta tende a se aproximar mais da realidade, e que seu método baseado em dados oferece mais discernimento e fornece um guia importante para ação futura.

Esta posição também é defendida por Tarozzi (2011, p. 19), quando sustenta que a pesquisa conduzida pela teoria fundamentada leva a uma interpretação racional, densa, articulada e sistemática, capaz de dar conta da realidade estudada, em contraposição à pesquisa empírica nas ciências sociais modernas, que raramente produz teorias compreensíveis, chegando, no máximo, a validar uma hipótese ou descrever um determinado fenômeno.

Assim, pode-se afirmar que a teoria fundamentada foi adequada a este trabalho, somado ao exposto por Gomes (2015, p. 71-72), quando sustenta que, apesar da riqueza do debate em torno do turismo, que é uma área do conhecimento que recebe influência de diversas outras áreas, o que se vê são muitos estudos descritivos acerca do assunto, limitando o progresso do conhecimento da área; e

chama a atenção para os benefícios do uso da teoria fundamentada, justamente pela possibilidade da criação das próprias teorias e produção de conhecimento.

Segundo Johnson (1997, p. 239), o conceito de teoria fundamentada surgiu como uma resposta crítica à teoria que parece dar pouca atenção à observação do mundo real, consistindo então em um processo de descoberta, que começa com extensas observações, das quais a teoria emerge. E muitas são as vantagens desta abordagem, pois como atesta Gasque (2011, p. 114), “[...] não existem regras metodológicas fixas e totalmente definidas, mas diretrizes, estratégias e abordagens para as diversas fases do processo”.

O propósito deste trabalho foi analisar a realidade. Deste modo, a metodologia da pesquisa foi construída com base em duas etapas bem definidas e com propósitos distintos, ambas, no entanto, são de igual importância para a análise dos resultados.

A busca por dados constituiu-se na primeira etapa deste trabalho. Nesta fase foi realizado o levantamento dos agentes envolvidos, área de atuação profissional; trâmites legais de trabalho; composição dos órgãos oficiais de turismo e das casas Legislativas municipal e estadual.

A segunda etapa consistiu na conversa com os agentes das instituições, de forma a também levantar dados e informações no que tange à interação entre o Poder Executivo e o Legislativo por meio das entrevistas, com base nos discursos e relatos.

Para ambas as etapas, optou-se por um corte de temporal. Isto se justifica para alcançar um melhor aproveitamento e levantamento do maior número de dados e informações relevantes do período determinado. Para isto, optou-se por delimitar a pesquisa a partir do ano de 2005, por ter sido este o ano de criação do órgão oficial de turismo do município – o Instituto Municipal de Turismo – CURITIBA TURISMO, cuja criação é um marco no que se refere à representatividade do turismo na cidade. O território, que se restringe ao município de Curitiba, justifica-se em função das razões já apontadas anteriormente.

Destarte, as duas etapas de coleta de dados são:

1ª Etapa: Pesquisa bibliográfico-documental: foram explorados livros, monografias, trabalhos de conclusão de curso, relatórios, planos, publicações oficiais e da mídia, documentos localizados em arquivos de repartições públicas. Também foi pesquisada a legislação relacionada ao turismo. Neste caso, devido a multidisciplinaridade do turismo e a grande abrangência da sua área de influência, se restringiu a pesquisa às áreas de inegável interação com o turismo, a saber: assuntos

ligados a associações empresariais, aos parques e praças da cidade, aos atrativos turísticos, equipamentos e infraestrutura urbana, Zoológico, Linha Turismo, Centro de Convenções, hotelaria e vigilância sanitária. A pesquisa bibliográfico-documental foi realizada no período de maio a junho de 2015.

2ª Etapa: Consistiu na pesquisa de campo com a realização de entrevistas com os agentes, servidores que atuam em áreas do Executivo relacionadas ao turismo no âmbito municipal e estadual, bem como dos profissionais e legisladores ligados ao Legislativo. As entrevistas foram realizadas no período de junho a julho de 2015.

Dentre as várias vertentes da pesquisa qualitativa, importa destacar aquelas citadas por Gomes (2006, p. 43-44), que tem relação com este trabalho, como a natureza fenomenológica (necessidade de se observar o comportamento dos indivíduos e o contexto sociocultural no qual estão inseridos), o enfoque histórico-cultural (busca explicações para os fenômenos a partir de raízes históricas) e o enfoque sistêmico (considera que as relações do interior do objeto de estudo estão ligadas ao ambiente externo).

Estes enfoques, interligados, contribuíram para a análise dos dados proposta neste trabalho, aliada à teoria fundamentada. A ênfase fenomenológica está presente neste trabalho, conforme Massukado (2006, p. 207), na medida em que reside na compreensão e na interpretação do pesquisador do que está acontecendo, a partir dos dados, fazendo uso de métodos múltiplos, para estabelecer diferentes visões dos fenômenos. Assim, a essência dos fenômenos direciona-se para uma visão holística, onde o individual e o geral estão interligados.

Cabe ressaltar neste aspecto, que tanto as abordagens fenomenológicas como a teoria fundamentada, observam os dados a partir dos sujeitos, de como pensam e vivenciam, ou seja, de comportamento.

A fase seguinte constituiu-se na análise dos dados, com base na orientação da teoria fundamentada, e está detalhada a seguir.

3.1 ETAPAS DA TEORIA FUNDAMENTADA PARA ANÁLISE DOS DADOS

A forma de análise utilizada, pautada na teoria fundamentada, foi baseada no modelo proposto por Gomes (2015, p. 78), conforme exposto na Figura 5:

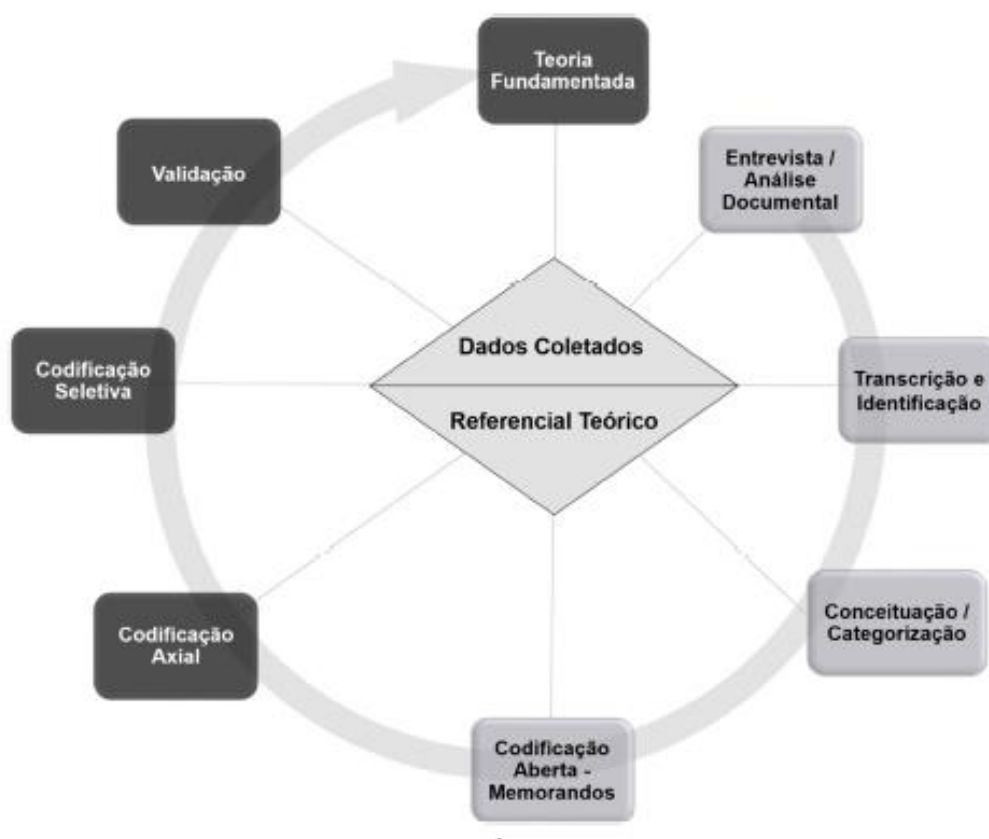


FIGURA 5 – ETAPAS DA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

FONTE: Gomes (2015, p. 78)

Com base neste modelo, primeiramente foram feitas a transcrição e identificação das entrevistas, criando-se um arquivo de texto para cada entrevistado que foi associado a um código, de maneira a preservar sua identidade. As falas dos entrevistados foram então identificadas apenas por código ao final de cada parágrafo das falas transcritas. Em seguida, na etapa de categorização, foram criadas cópias de cada entrevista, de acordo com o grupo de variáveis existentes, com o objetivo de observar fenômenos presentes nas entrevistas, ligando trechos das falas dos entrevistados às variáveis. Na etapa de codificação aberta, os arquivos agrupados segundo as variáveis foram organizados em um texto coerente para representar a realidade dos dados coletados. As citações das variáveis feitas pelos entrevistados foram sintetizadas conforme a categoria de agentes à qual pertencem. O trabalho de pesquisa bibliográfico-documental também serviu de base para elaboração das variáveis e categorização. Nesta etapa foi realizada a descrição do resultado da

realidade estudada, provendo as bases para a criação da teoria fundamentada sobre o objeto de estudo.

Na sequência, a etapa de codificação axial permitiu a formulação de conceitos a partir da descrição do resultado, através da organização das variáveis respondendo as questões das condições que envolvem a realidade estudada, bem como as ações que a caracterizam e as suas consequências. Já a etapa de codificação seletiva permitiu extrair conceitos que explicam a teoria, integrando tudo em um único texto com consistência e coerência, e cujo objetivo foi explicar o ambiente empírico. A partir disto, foi proposto o projeto de turismo no sentido de contribuir com a realidade estudada.

Cabe, por fim, mencionar o esforço do pesquisador em desenvolver a pesquisa de forma isenta de influências pessoais em decorrência de ser um servidor público de carreira da Prefeitura Municipal de Curitiba e prestar serviços no Instituto Municipal de Turismo – CURITIBA TURISMO, o que representa o conhecimento prévio de alguns entrevistados, bem como das políticas que norteiam a instituição.

A fim de minimizar quaisquer influências, procurou-se evitar emitir opiniões ou conduzir as entrevistas para pontos de vista pré-concebidos, permitindo que os entrevistados falassem de suas próprias convicções. Como o pesquisador não ocupa cargo de chefia dentro da Instituição, também se afasta a possibilidade de que as respostas não retratem a realidade por conta de constrangimentos. Em relação à bibliografia, a diversidade de autores pesquisados visou a amplitude de pensamentos e conceitos. Assim, o objetivo proposto neste trabalho foi direcionado na tentativa de tratar o tema pesquisado de maneira idônea e imparcial.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise dos resultados da interação entre o poder Executivo e o poder Legislativo está firmada nas temáticas abordadas no referencial teórico que discorreram sobre a própria interação associada ao turismo e às políticas públicas.

De acordo com as proposições apresentadas como objetivos da pesquisa, este capítulo tem início com a apresentação dos agentes envolvidos neste contexto. Para compreender o relacionamento dos Poderes Executivo e Legislativo no que se refere ao turismo e elucidar quais características estão presentes nos hábitos coletivos de pensamento e ação relacionados à elaboração das leis de turismo, é apresentada a discussão em torno das variáveis observadas nas entrevistas e relacionadas ao referencial teórico. No capítulo seguinte, o projeto de turismo contempla o terceiro objetivo desta pesquisa, conjecturando um meio que pode ser aplicado para a otimização da interação de relações entre os poderes, visando o aperfeiçoamento das políticas públicas de turismo.

4.1 AGENTES LIGADOS AO TURISMO

4.1.1 Câmara Municipal de Curitiba – CMC

A Câmara Municipal representa o Poder Legislativo em Curitiba. Possui autonomia política, administrativa e financeira. À Câmara compete a função institucional de legislar sobre assuntos do município, assim como fiscalizar e controlar a atuação da administração direta e indireta.

Entre as suas atribuições também está a função de assessoramento, ou seja, pelo contato dos vereadores com a comunidade, avalia suas necessidades e pode sugerir à administração municipal medidas e demandas de interesse público.

A sua organização interna se dá por meio do Regimento Interno e da legislação que regula a administração dos seus serviços. No exercício do seu mandato, o vereador é inviolável por suas palavras, opiniões e votos. Tem livre acesso às repartições públicas municipais e pode solicitar esclarecimentos que julgue pertinentes. Tem por obrigação comparecer às sessões plenárias.

A atual legislatura, que compreende o período de 1º de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2016, é composta por 38 vereadores, que representam 20 partidos diferentes, dispostos da seguinte forma:

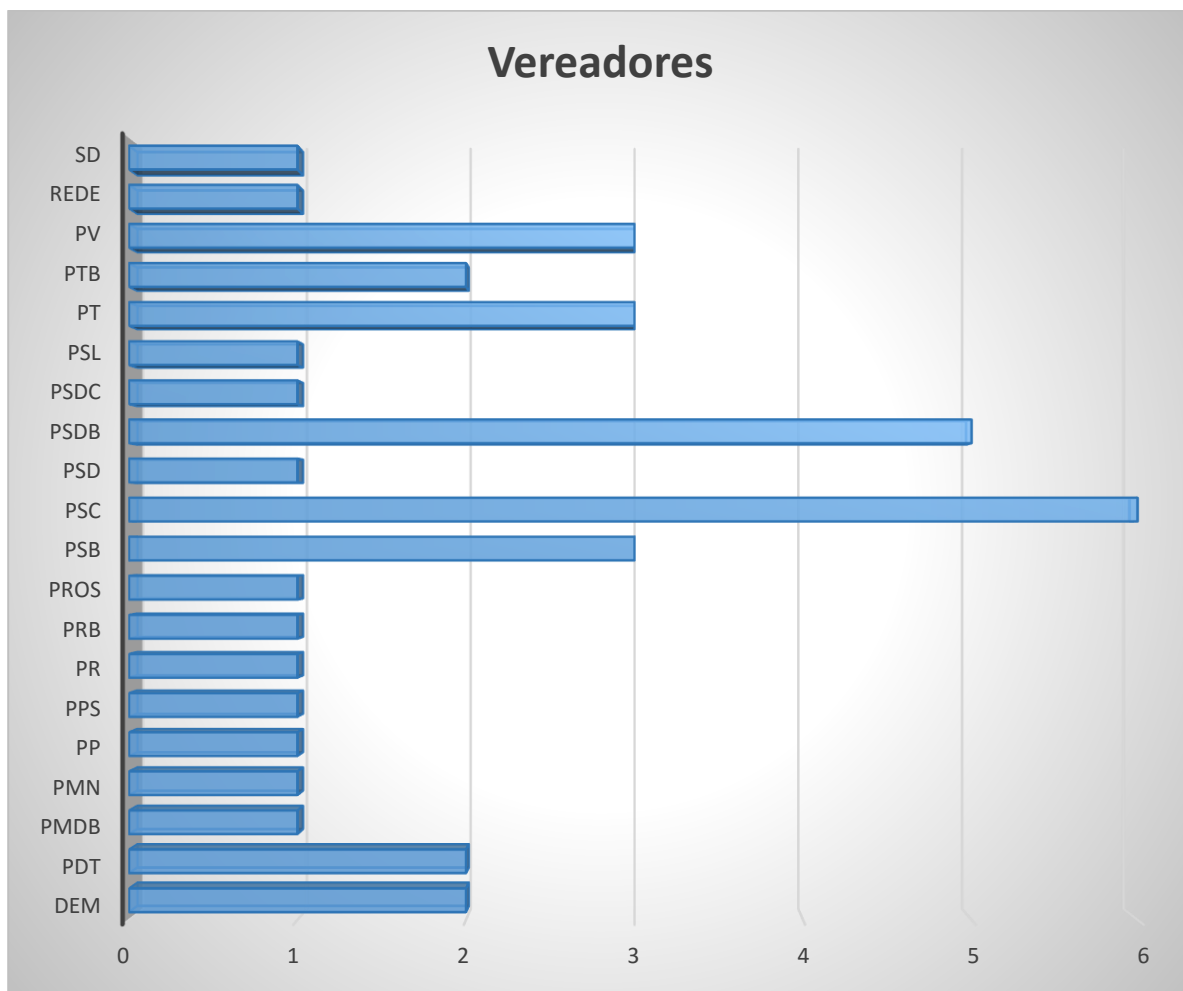


FIGURA 6: REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBA (CMC)

FONTE: Elaborado pelo autor (2015)

Os partidos podem formar blocos. Segundo o Regimento Interno da Câmara, um bloco deve ser composto por, no mínimo, dois vereadores de dois partidos políticos diferentes. Assim se formam as bancadas de vereadores que, em tese, votam juntas na Casa. Os blocos definidos para 2015 estão assim organizados:

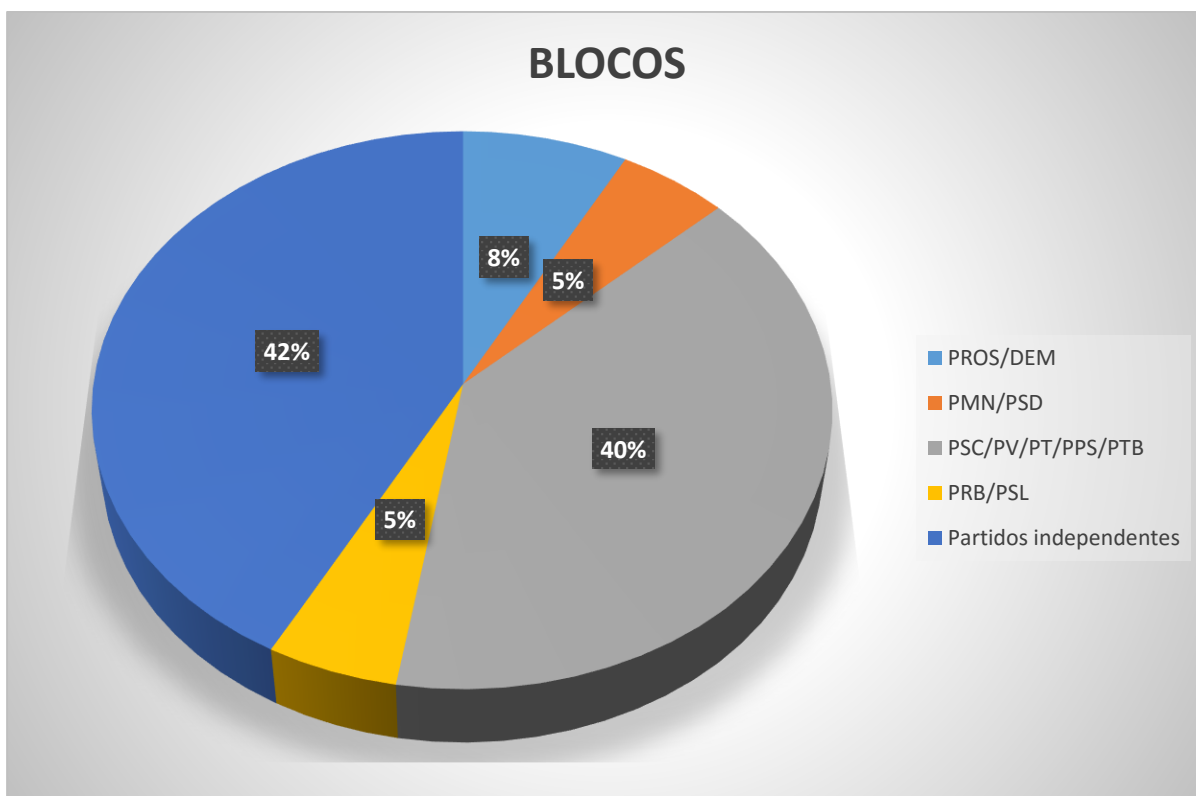


FIGURA 7: COMPOSIÇÃO DOS BLOCOS POLÍTICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBA (CMC)

FONTE: Elaborado pelo autor (2015)

O maior bloco é composto pelos vereadores cujos partidos optaram por adotar uma política de trabalho independente, dispensando a ação conjunta de uma maneira formal, o que não quer dizer que informalmente não possam agir conjugando esforços de cooperação mútua em situações que julgarem convenientes. Em seguida, em posição quase igual ao bloco de partidos independentes, estão aqueles que se alinham politicamente ao prefeito e, conforme estabelecido pelo Regimento Interno, o chefe do Executivo pode escolher um vereador que o represente como líder do governo, assim como os partidos de oposição também podem ter o seu líder.

Com a definição das bancadas, cada bloco e partido indica à Mesa Diretora os nomes de um líder e até dois vice-líderes das comissões temáticas. Ao líder cabe a nomeação daqueles que farão parte das comissões. Atualmente, a Câmara de Vereadores trabalha com dez comissões temáticas, a saber: Comissão de Legislação, Justiça e Redação; Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização; Comissão de Serviço Público; Comissão de Urbanismo, Obras Públicas e Tecnologias da Informação; Comissão de Direitos Humanos, Defesa da Cidadania e Segurança

Pública; Comissão de Participação Legislativa; Comissão de Saúde, Bem Estar e Esporte; Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Comissão de Acessibilidade e Comissão de Educação, Cultura e Turismo.

Esta última, naturalmente por ser associada ao turismo, merece destaque para o estudo proposto neste trabalho. A esta comissão, composta por atualmente por cinco vereadores, cabe redigir parecer acerca de matérias relacionadas à educação, ao desenvolvimento do turismo, à cultura, incluindo patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, artístico e científico, espetáculos públicos, datas comemorativas, homenagens cívicas e denominações de logradouros públicos.

A comissão é composta por cinco vereadores sendo eles:

- Professor Galdino – Presidente: Tem seu trabalho no município reconhecido na área de educação, saúde e preservação do meio ambiente. Lecionou história e idiomas como inglês, francês e alemão para o magistério.
- Chico do Uberaba: Tem formação acadêmica em Direito. A principal área de atuação como parlamentar é a segurança. É servidor da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e tem trinta anos de experiência no serviço público. Foi presidente da Associação Comercial e Industrial do Uberaba, Guabirota e Jardim das Américas, entidade ligada à Associação Comercial do Paraná (ACP).
- Geovane Fernandes: Exerceu o cargo de Conselheiro da saúde da Unidade Municipal de Saúde Tapajós e foi Presidente do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) do Xaxim.
- Mauro Ignacio: É servidor público da Secretaria de Educação do Estado do Paraná há mais de trinta anos, possui formação acadêmica em Administração de Empresas, pós-graduado em Tecnologia da Informação e Administração Pública. Tem como foco o investimento público nos bairros, além de educação, saúde, segurança e apoio à grupos da melhor idade e entidades de classe.
- Tiago Geivert: Formação acadêmica em Direito. Trabalho voltado aos jovens, utilizando o esporte como forma de inclusão social. Combate à exploração e desigualdade social.

Ainda que pese a característica multidisciplinar do turismo, não houve no corrente ano, nenhuma proposição da comissão ou dos vereadores a assuntos diretamente ligados ao turismo. As proposições legislativas convergem para temas como pavimentação de ruas, troca de lâmpadas, colocação de manilhas, lombadas, limpeza de terrenos, implantação de academia ao ar livre. Apesar de relevantes, estas ações têm baixa relação direta com o turismo.

4.1.2 Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP

A Assembleia Legislativa tem como principais competências criar, suspender, interpretar e revogar as leis do Estado, além de exercer o papel de fiscalização sobre as ações do Executivo. Também lhe cabe responder e zelar por seus próprios serviços. Tem por objetivo recolher os anseios da população e transformá-los em respostas, na forma de atos e leis, visando o bem comum.

A Assembleia é composta por 54 deputados, cuja representação política está delineada conforme demonstra a Figura 8 a seguir:

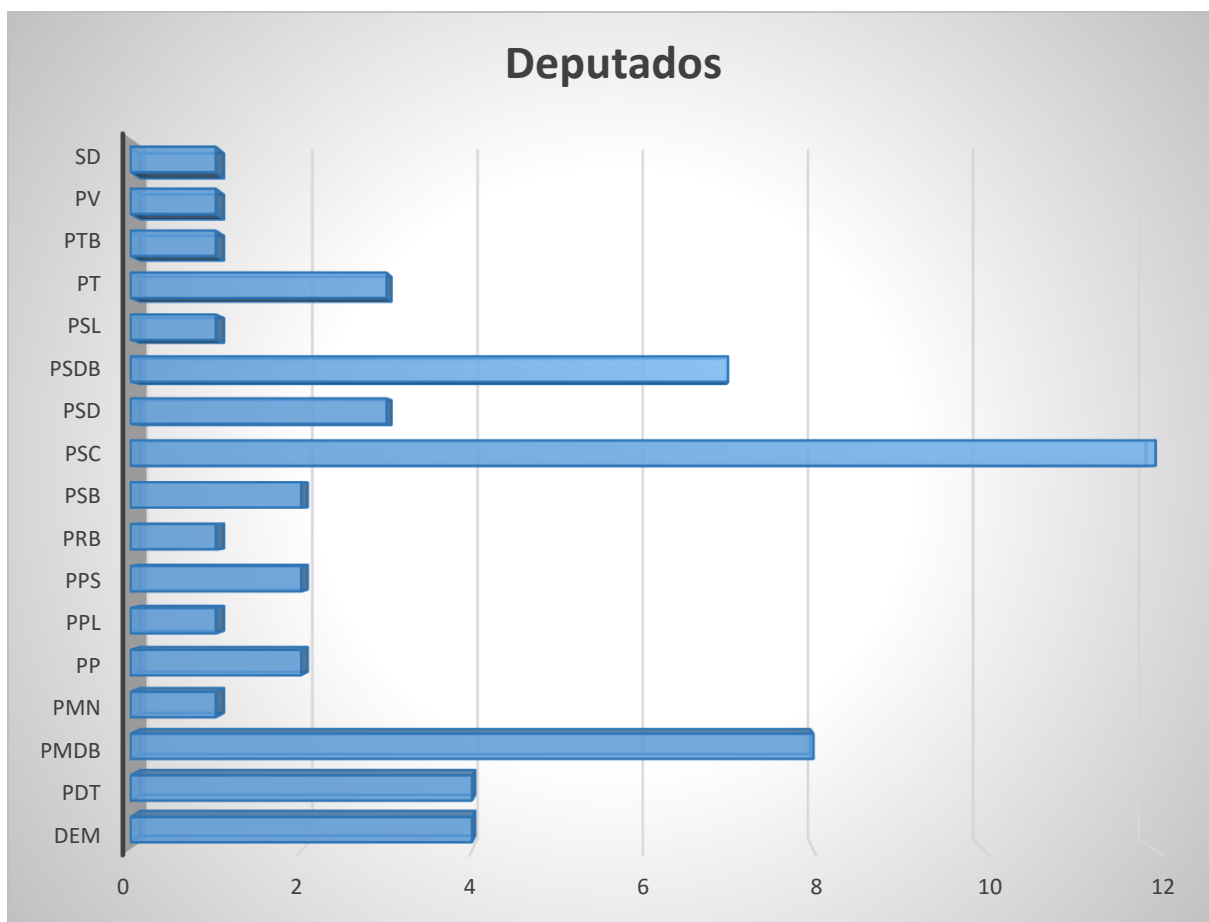


FIGURA 8: REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ (ALEP)

FONTE: Elaborado pelo autor (2015)

Os blocos formados na Assembleia Legislativa seguem as mesmas prerrogativas da Câmara de Vereadores, salvo que são necessários quatro deputados para a criação de um bloco, de acordo com seu regimento interno. Os blocos estão organizados da seguinte maneira:

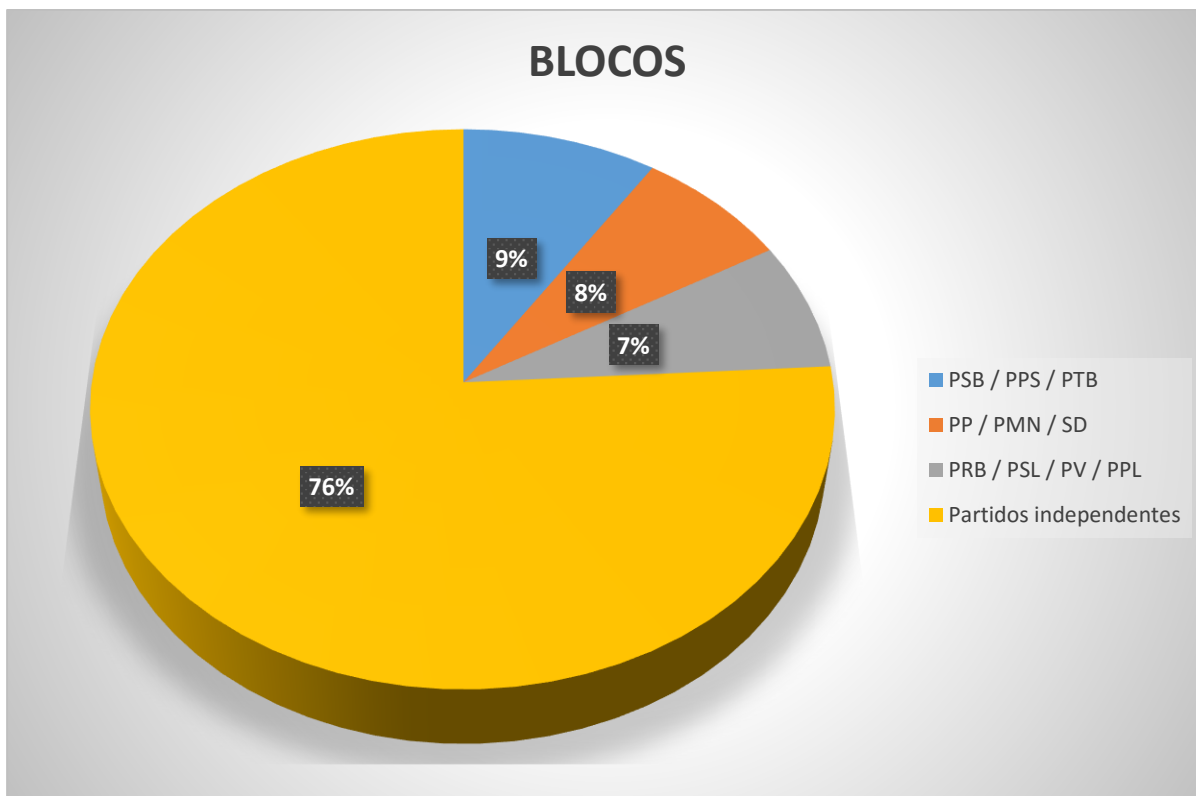


FIGURA 9: COMPOSIÇÃO DOS BLOCOS POLÍTICOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ (ALEP)

FONTE: Elaborado pelo autor (2015)

Naturalmente, embora alguns partidos optem por não estar formalmente dentro de uma bancada, há aqueles que se alinham ao governador e aqueles que se colocam numa oposição ao governo.

De forma semelhante ao que ocorre na Câmara de Vereadores, a Assembleia Legislativa também possui Comissões Permanentes para tratar de temas e assuntos específicos de interesse coletivo, conforme especificado no seu Regimento Interno. Cada Comissão é composta por sete membros, com exceção a Comissão Executiva, que é representada pelo presidente e 1º e 2º secretários e a Comissão de Constituição e Justiça, que é formada por 13 membros. As Comissões são abertas ao público e podem ser acompanhadas por qualquer pessoa.

Atualmente a Assembleia Legislativa trabalha com 26 comissões. Além da Comissão de Turismo, que será destacada a seguir, estão em funcionamento as seguintes Comissões: Executiva; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Assuntos Metropolitanos; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Constituição e Justiça; Cultura; Defesa do Consumidor; Defesa dos Direitos

da Criança, do Adolescente, e do Idoso; Defesa dos Direitos da Juventude; Defesa dos Direitos da Mulher; Direitos Humanos e da Cidadania; Ecologia e Meio Ambiente; Educação; Esportes; Finanças; Fiscalização da Alep e Assuntos Municipais. Indústria, Comércio, Emprego e Renda; Obras Públicas, Transportes e Comunicação; Orçamento; Redação; Revisão e Consolidação Legislativa; Saúde Pública; Segurança Pública; Tomada de Contas; Mercosul e Assuntos Internacionais.

Quanto à Comissão de Turismo, merece destaque o fato de existir uma Comissão que trata exclusivamente do tema, ao contrário do que ocorre na Câmara Municipal de Vereadores, onde o assunto é compartilhado com outras pastas. Esta Comissão, composta por sete deputados, tem por objetivo manifestar-se, sobre toda e qualquer proposição relativa ao turismo interno e ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas.

A Comissão está composta pelos seguintes deputados:

- Chico Brasileiro (PSD) – Presidente: Possui formação acadêmica em Odontologia. Foi Secretário da Saúde de Foz do Iguaçu, Paraná. Também tem atuação marcante nas áreas de educação e segurança.
- Evandro Junior (PSDB) – Vice-Presidente: Formação acadêmica na área de Direito. Tem projetos ligados à educação, saúde e segurança.
- Anibelli Neto (PMDB) – Tem formação acadêmica em Veterinária. Foi Vice-Presidente da União Paranaense dos Estudantes (UPE) e Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Seus projetos estão pautados na defesa dos estudantes e políticas de inclusão social.
- Cláudia Pereira (PSC) – Possui formação em Direito. Seus projetos estão voltados à segurança pública, desenvolvimento socioeconômico e ação social.
- Márcio Pacheco (PPL) – Antes do mandato exercia a função de policial federal. É formado em Letras Português/Inglês. Sua atuação é destacada pela gestão pública, na questão de economias de orçamento e modernização do trabalho na área pública.
- Maria Victória (PP) – Formada em Hotelaria e Gestão de Eventos. Tem atuação na área de educação e movimentos jovens.

- Tercilio Turini (PPS) – Formação acadêmica em Medicina e também é professor. Já exerceu o cargo de Secretário de Obras e Presidente da Câmara de Vereadores de Londrina. Tem projetos ligados à saúde.

No presente ano o trabalho da comissão tem envolvido discussões e projetos tais como: Dia da Mobilização pelos migrantes, refugiados e apátridas; serviço de pagamento eletrônico de pedágios; título de cidadão honorário; inserção da “Virada Cultural do Paraná” no calendário oficial de eventos do estado; Concessão de Títulos de Utilidade Pública; Menção Honrosa; Requerimento de audiência pública com o tema “Turismo no litoral paranaense”; Requerimento de audiência pública para criação de área de interesse turístico; Solicitação de apoio para captação do II Congresso Latino Americano de Microempresas; Requerimento para audiência pública com o tema “Fomento do Turismo nos estados integrantes do CODESUL”; Número de caixas que bares e casas noturnas devem dispor aos clientes; Instalação de Academias ao ar livre; Projetos ligados à saúde (equipamentos e ambulâncias) e Segurança Pública (equipamentos e viaturas).

4.1.3 Conselho Municipal de Turismo – COMTUR

É um órgão deliberativo, consultivo e de assessoramento, com vínculo ao Poder Executivo, por intermédio do Instituto Municipal de Turismo – CURITIBA TURISMO. Foi instituído pela Lei nº 11.835/2006 (CURITIBA, 2006).

O objetivo principal do Conselho é a “conjugação de esforços entre o Poder Público Municipal e a sociedade civil na aplicação de políticas públicas de incentivo ao turismo”.

A presidência do Conselho é ocupada pelo Instituto Municipal de Turismo – CURITIBA TURISMO, através de seu presidente. Os demais membros são:

QUADRO 1 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO –
COMTUR

Fonte: Decreto N° 1.597, (CURITIBA, 2009).

CONSELHEIROS OBRIGATÓRIOS:
Secretaria de Esporte e Turismo do Estado do Paraná
CMC – Câmara Municipal de Curitiba
ABAV – PR – Associação Brasileira das Agências de Viagens do Paraná
ACP – Associação Comercial do Paraná
FECOMÉRCIO – Federação do Comércio do Paraná
ABEOC – PR – Associação Brasileira de Empresas de Eventos
ABIH – PR – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABRAJET – PR – Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo
CCVB – Curitiba Convention & Visitors Bureau
SEHA – Sindicato Empresarial de Hospedagem e Alimentação
AHPR – Associação de Hostels do Estado do Paraná
Fórum dos Coordenadores dos Cursos Superiores de Turismo e Hotelaria do Paraná
ABRASEL – PR – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ABRACCEF – Associação Brasileira de Centros de Convenções e Feiras
SINDETUR – Sindicato das Empresas de Turismo do Estado do Paraná
SINDEGTUR – Sindicato Estadual dos Guias de Turismo do Paraná
ABGTUR – Associação Brasileira dos Guias de Turismo
Fórum Metropolitano de Turismo
CONSELHEIROS ROTATIVOS:
Câmara dos Deputados
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A
ABLA – Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis
ABOTCC – Associação Brasileira das Operadoras de Trens Turísticos Culturais
ASCORES – Associação dos Comerciantes da Região da Praça da Espanha
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
FOHB – Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil

FCC – Fundação Cultural de Curitiba
IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
Núcleo de Turismo Receptivo
SMCS – Secretaria Municipal da Comunicação Social
SMAM – Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos
SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEBRAE – PR – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC – PR – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC – PR – Serviço Social do Comércio
FIEP – Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná
UFPR – Universidade Federal do Paraná
URBS – Urbanização de Curitiba S/A

O trabalho desenvolvido pelo Conselho, com base nas notícias, atas e deliberações disponíveis no Portal dos Conselhos de Curitiba revela que, a partir da composição da nova presidência, foram estabelecidas em 2014 as diretrizes para a elaboração do Plano Municipal de Turismo, a aprovação da inclusão de novos membros e a apresentação das ações do Instituto Municipal de Turismo – CURITIBA TURISMO, mais especificamente a pesquisa realizada durante a Copa do Mundo da FIFA e encaminhamentos para o novo Centro de Convenções e Feiras de Curitiba. Em 2015 o maior destaque ficou por conta da condução dos grupos de trabalho formados para a elaboração do Plano Municipal de Turismo, documento que foi validado em setembro.

4.1.4 Conselho Paranaense de Turismo – CEPATUR

É um órgão colegiado de assessoramento que congrega representantes do Governo Estadual e de instituições representativas dos diversos setores que compõem o turismo, integrando a estrutura básica da Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo, conforme decreto nº 11832 de 11 de agosto de 2014 (PARANÁ, 2014), diretamente vinculado ao seu titular. Tem por finalidade auxiliar na formulação,

no acompanhamento e na avaliação dos planos, programas, projetos e atividades derivados da Política Estadual de Turismo.

Atualmente está formado pelas seguintes entidades:

QUADRO 2: COMPOSIÇÃO DO CONSELHO PARANAENSE DE TURISMO – CEPATUR.

FONTE: PARANÁ (2015).

ABAV-PR – Associação Brasileira de Agências de Viagem
ABEOC-PR – Associação Brasileira de Empresas de Eventos
ABGTUR – Associação Brasileira dos Guias de Turismo
ABRAJET-PR - Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo
ABIH - Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
ABRACCEF-PR - Associação Brasileira de Centros de Convenções e Feiras de Curitiba
ABRASEL-PR - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
Associação de Hostels do Paraná
FCVB – Federação de Convention e Visitors Bureaux do Estado do Paraná
FETHEPAR – Federação dos Empregados em Turismo e Hotelaria
SEHA – Sindicato das Empresarial de Hospedagem e Alimentação
SINDEGTUR – Sindicato Estadual dos Guias de Turismo do Paraná
FECOMÉRCIO – Federação do Comércio do Paraná / Câmara Empresarial de Turismo
COOPTUR – Cooperativa Paranaense de Turismo
EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FACIAP – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná
FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Instituto Pólo Internacional Iguassu
Itaipu Binacional
OCEPAR – Organização das Cooperativas do Paraná
SEBRAE-PR – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem
SESC-PR – Serviço Social do Comércio

O Conselho teve suas ações publicadas por atas até 2013. Em 2014 não houve qualquer atividade (PARANÁ, 2015). Em 2015 o Conselho foi reinstalado no dia estadual do turismo, comemorado em 27 de maio, e sua primeira reunião ordinária ocorreu em 27 de julho, quando foi discutido o regimento interno e a intenção de somar esforços entre os membros para criação de uma Lei de Incentivo ao Turismo, de um Fundo de Desenvolvimento e de um plano geral para o setor, além de apresentações sobre o Observatório do Turismo e de uma rede de municípios interativos (PARANÁ, 2015). Em reunião ordinária realizada em setembro, os principais assuntos foram a proposta de solicitar ao governador do estado a contratação de novos servidores para a Paraná Turismo – PRTUR –, a revisão do orçamento para 2016 e propostas para facilitar o financiamento ao empresariado da área (PARANÁ, 2015).

4.1.5 Instituto Municipal de Turismo – CURITIBA TURISMO – CTUR

O Instituto Municipal de Turismo de Curitiba foi criado pela Lei N.º 11.408, de 10 de maio de 2005, com o intuito de elaborar o planejamento de ações públicas concernentes ao turismo, aliando o desenvolvimento sustentável à promoção e divulgação do destino turístico (CURITIBA, 2005). Foi precedido pela Secretaria Municipal de Turismo, criada em janeiro de 2005 em caráter extraordinário e que já vinha trabalhando em políticas e diretrizes para o setor.

A criação do Instituto em substituição à Secretaria foi motivada por sua natureza, pois tratando-se de uma autarquia, passou a ser uma Pessoa Jurídica de Direito Público e a fazer parte da chamada “Administração Pública Indireta”, tendo, em teoria, maior autonomia de gestão, recursos próprios e podendo executar projetos com mais agilidade em parceria com a iniciativa privada. Sua missão consiste, de forma sucinta, em “promover o turismo sustentável em Curitiba, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da população”.

Está ligado à Prefeitura de Curitiba, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Gestão Pública Municipal, bem como a legislação em vigor. Seu âmbito geográfico de atuação abrange prioritariamente a cidade de Curitiba (como sua missão citada anteriormente estabelece) buscando cooperar com as cidades adjacentes para o

desenvolvimento da região. Atua em parceria com as demais secretarias municipais, com a iniciativa privada e com o Poder Público em suas diferentes esferas no Brasil.

O Instituto trabalha para que Curitiba seja um destino turístico de qualidade e referência na realização de eventos. Gerencia as feiras de artesanato e promove oficinas e cursos nesta área, capacitando os expositores, tratando de questões como normas de segurança, produção e comercialização de produtos. Promove também as feiras especiais de Páscoa, Inverno, Primavera, Criança e Natal, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico. Trabalha diretamente na promoção e divulgação destes eventos. O Instituto Municipal de Turismo também preside o COMTUR – Conselho Municipal de Turismo.

A estrutura técnica-administrativa do órgão está assim construída:

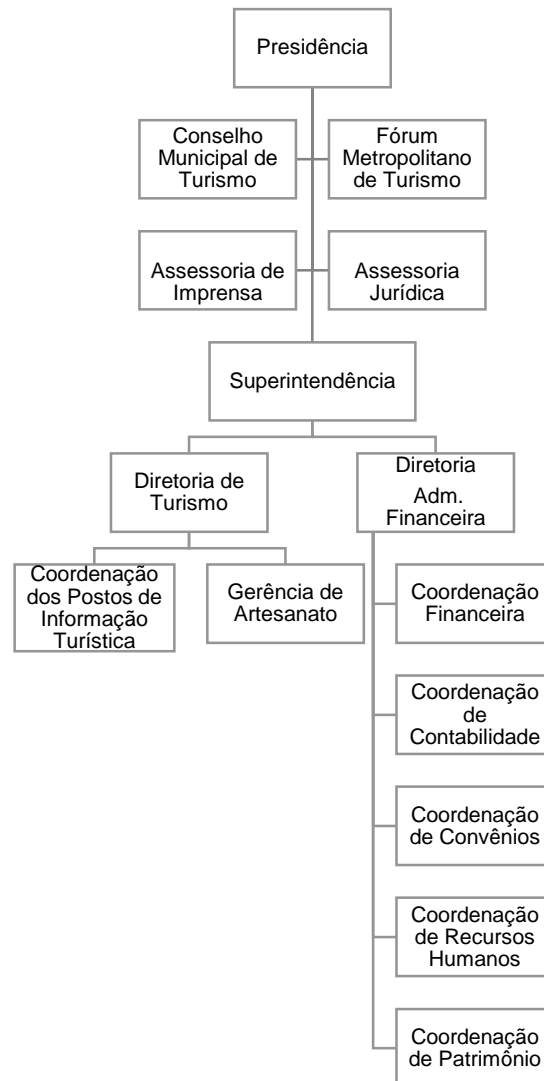


FIGURA 10 – ORGANOGRAMA DO INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO – CURITIBA TURISMO (CTUR)

FONTE: Elaborado pelo autor (2015).

4.1.6 Paraná Turismo – PRTUR

A Paraná Turismo – PRTUR, criada em 1995, é uma autarquia ligada à Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo do Paraná desde 2013, de acordo com a Lei n.º 17745/2013 (PARANÁ, 2013). Dentro das atribuições conferidas às secretarias estaduais, no que tange ao turismo cabe ao órgão a missão de desenvolver o setor no estado de uma maneira sustentável, por meio da execução da Política Estadual de Turismo, através de programas e projetos de incentivo.

A Política de Turismo do Paraná foi estabelecida pela Lei n.º 15.973/2008 e visa integrar a política econômica relacionada ao setor, de forma planejada e organizada, assim como consolidar o estado como um destino turístico e proporcionar a inclusão social da população.

A Figura 11 demonstra a estrutura da Paraná Turismo (PRTUR):

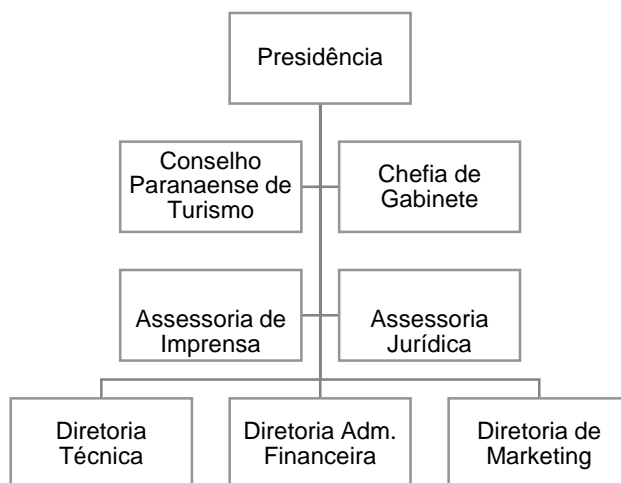


FIGURA 11 – ORGANOGRAMA DA PARANÁ TURISMO – (PRTUR)

FONTE: Elaborado pelo autor (2015).

4.2 VARIÁVEIS

As variáveis têm como propósito trazer as discussões em torno do contexto da elaboração de leis relacionadas ao turismo como fora mencionado. Cabe ressaltar que o referencial teórico deste trabalho também procurou fazer uma abordagem

acerca das variáveis que poderiam surgir na etapa de entrevistas com os agentes, promovendo um diálogo prévio destas questões.

Para melhor ilustrar estas considerações, o quadro a seguir – Figura 12 – elenca as variáveis tratadas no referencial teórico e destaca aquelas que foram mais comentadas durante as entrevistas e que, por esta razão, mereceram um estudo mais minucioso dentro deste capítulo. Cabe esclarecer que nem todas as variáveis aqui apresentadas foram citadas literalmente, mas estão implícitas no referencial teórico. As outras variáveis descritas no quadro, ainda que não tenham sido tratadas com maior ênfase, também aparecem no contexto destas que foram destacadas.

Interação	Comprometimento	Oportunidade	Controle (equilíbrio entre poderes)
Conveniência	Demandas sociais	Autonomia (tomada de decisão)	Interesses
Governabilidade	Cooperação	Conflitos	Ideologias
Competência (conhecimento)	Recursos Financeiros	Planejamento	Atitude
Políticas Públicas	Articulação	Turismo em Curitiba	Comportamento (hábitos coletivos)

FIGURA 12 – VARIÁVEIS TRABALHADAS NO REFERENCIAL TEÓRICO

FONTE: Elaborado pelo autor (2015)

4.2.1 Interação

Compreender o mecanismo que rege a interação entre as pessoas é fundamental para entender os processos organizacionais, pois a interação culmina

nos hábitos coletivos. Para Zanelli (2008, p. 18) os comportamentos dos indivíduos em uma organização de trabalho resultam de padrões de interações, que muitas vezes se repetem e se tornam parte do cotidiano, influenciando toda a comunidade. Estes comportamentos se refletem na chamada cultura organizacional, que de acordo com Matos (2007, p. 255), “[...] representa as normas informais e não escritas que orientam o comportamento dos membros da organização no dia-a-dia e que direcionam suas ações [...]”.

A variável interação trouxe opiniões bastante diversificadas por parte dos entrevistados. Da parte dos entrevistados do Executivo, aqueles que consideram a interação boa, satisfatória, consideram que há abertura de diálogo e que existem parlamentares que trabalham em parceria com o turismo. Para estes, se o cenário do turismo em Curitiba hoje não está no patamar ideal, isto não se deve à falta de interação ou de apoio do Legislativo, e sim, à falta de capacidade de realização por parte do próprio Executivo. Então, ainda que o Executivo consiga captar recursos através de emendas parlamentares, a utilização destas emendas não dependeria apenas do órgão municipal/estadual de turismo, mas da autorização da Secretaria de Finanças, por exemplo. Neste ponto de vista, o real motivo dos problemas concernentes à atuação do turismo não reside na falta de um bom relacionamento entre os Poderes, antes, está relacionado a outras questões que não competem à equipe técnica do órgão de turismo do Executivo.

Outro exemplo citado pelo Executivo municipal ocorreu durante o período que antecedeu a Copa do Mundo em 2014, evento em que Curitiba participou como uma das cidades sede. Na ocasião, vários vereadores procuraram o Instituto Municipal de Turismo e, uma das proposições foi a transformação das bancas de jornais em postos de informação turística. O Instituto organizou oficinas para treinamento com os jornalistas, houve contato com a Associação que os representa e com a URBS, que regulamenta o setor. Porém, o projeto acabou não se concretizando. Para sustentar esta afirmativa, a justificativa apresentada pelo entrevistado aponta para a falta de recursos do Executivo em disponibilizar material para as bancas de jornal, ou seja, o problema estaria ligado a recursos financeiros e não por conta de barreiras e entraves de relacionamento.

Diante do exposto, o entrevistado do Executivo entende que as dificuldades aparecem num momento posterior a esta relação, quando as realizações, propostas, parcerias, dependem de outras áreas, tais como: Ministério Público, Procuradoria,

Secretarias do Município/Estado. Neste caso, considera que as autorizações, oficializações, estão em outro âmbito, o que as torna mais difíceis de serem aprovadas, tendo em vista que não são movidas por relacionamentos ou lobby político, mas pela interpretação da lei.

Já os entrevistados que se posicionam com uma crítica mais incisiva à interação entre os Poderes constituem a maioria daqueles que responderam à pesquisa. O entrevistado do Executivo estadual afirmou com veemência que sequer pode-se dizer que exista uma discussão entre Executivo e Legislativo para criação de leis, projetos, pois isso ocorre de uma forma extremamente pontual, em assuntos específicos, e o pouco que se produz deste diálogo é irrelevante para o turismo na cidade. Deste modo, conceitua a relação como fraca e pontual, uma vez que a aproximação só ocorre a partir do momento em que se tem um interesse específico de ambas as partes. Do contrário, não existe um diálogo contínuo.

O Executivo estadual não questiona a importância do papel institucional do Legislativo, mas entende que não há reflexo do seu trabalho para atividade turística na cidade. Afirma que a Comissão de Turismo da Assembleia Legislativa contribui muito pouco, salvo para algumas áreas específicas, como de alimentos e bebidas, isto porque estas têm representatividade, dispõe de um número maior de envolvidos e está presente nas discussões do Legislativo.

É importante destacar que, tanto da parte do Executivo municipal como do estadual, a maioria dos respondentes desconhecem qualquer interação do Executivo com as comissões de turismo do Legislativo, nem mesmo sabem o que é discutido nelas.

Em relação às emendas parlamentares, o posicionamento dos entrevistados do Executivo é de que elas não são úteis para as atividades do turismo, pois estão fora de propósito. A única emenda útil citada pelo Executivo municipal é aquela destinada ao Departamento de Artesanato, que é utilizada especificamente para as barracas dos feirantes. Por outro lado, a maioria dos entrevistados do Executivo afirma desconhecer qualquer mobilização para a busca de emendas que lhes seja realmente útil, como por exemplo, para ações que promovam a cidade no período de Natal, já que o orçamento, segundo os próprios entrevistados, é modesto e as necessidades de investimentos são grandes.

O Executivo estadual relata que muitos projetos oriundos do Legislativo chegam prontos, sem um questionamento anterior ou uma solicitação de viabilidade

técnica, nem mesmo um parecer ou consulta. Entende que a maioria deles não tem lógica alguma, surge da iniciativa de algum parlamentar, sem caráter técnico ou conhecimento da área. E outras proposições que surgem são para incluir festas no calendário de eventos, por exemplo, o que não tem um peso significativo ou que, ao menos, não vem de encontro às reais necessidades dos órgãos. Os entrevistados do Executivo reconhecem também que poucas propostas suas foram levadas ao Legislativo. Isso só aconteceu em situações específicas, como no caso do Plano Estadual do Turismo e do Fundo Estadual de Turismo.

No caso da Paraná Turismo, de acordo com o entrevistado do Executivo, a relação era mais intensa quando havia a SETU – Secretaria de Estado de Turismo. Hoje, com o turismo integrado com a pasta de Esporte, as responsabilidades ficaram quase que na totalidade para a Paraná Turismo. Esta mudança acarretou uma perda no que se refere a representação do turismo enquanto Instituição, ao seu poder político.

Os entrevistados do Legislativo municipal consideram que o atual estágio de interação entre os poderes é mediano, nem negativo, nem positivo. Explicam que a interação não é tão acessível porque o chefe do Executivo precisa de bons assessores, bons colaboradores, bons profissionais que interajam, que conheçam suas áreas de atuação, que utilizem a burocracia a seu favor. E isto não estaria ocorrendo a contento, pois consideram que seja necessário um maior comprometimento destes assessores. Acrescentam que a burocracia no contexto da administração pública é importante e necessária, entretanto esta não pode bloquear o sistema. Assim, os entrevistados explicam que o Legislativo precisa de respostas do Executivo em função das demandas que têm e que são provenientes das pessoas que os procuram, cada uma com uma necessidade ou solicitação diferente. E todas elas precisam e querem respostas. Então, na visão do Legislativo, o bom relacionamento passa pela competência, seriedade e respostas para suas perguntas na qualidade de fiscal do Executivo. Na questão específica da gestão municipal, a reclamação é direcionada ao prefeito, que na sua concepção, permite que seus subordinados trabalhem com demasiado poder de ação, ou seja, deixa de se envolver diretamente em muitas questões, e este método de gestão pode comprometer toda a sua administração.

Os entrevistados do Legislativo corroboram as afirmações do Executivo quando afirmam que existem algumas ações na Câmara com o turismo, mas são

pontuais, principalmente em relação a alguns eventos, como foi o caso da Copa do Mundo de Futebol. No dia-a-dia não há uma discussão a respeito do turismo, ainda que exista uma Comissão que trate do assunto. Ressalte-se, porém, que na Câmara de Vereadores esta comissão não é exclusivamente dedicada ao turismo como ocorre na Assembleia Legislativa, pois divide suas atenções com a Educação e a Cultura.

Em relação às emendas parlamentares, a opinião do Legislativo é de que estas servem para auxiliar as ações do Executivo, mas tem ciência de que não são suficientes para fazer frente ao que seria preciso ou mesmo desejado pelos órgãos de turismo, porque são transferências de recursos pequenas. Conforme explanaram, as cotas de emendas dos parlamentares são distribuídas de forma espontânea, ou seja, para atender os setores que julgarem prudente. Todavia, os entrevistados do Legislativo municipal relataram que na questão específica da Câmara de Vereadores, existe uma solicitação por parte da Prefeitura para que os parlamentares concentrem suas emendas em áreas estratégicas e que sofrem mais pressão e apelo popular, tais como educação, saúde e segurança. Ainda tratando do município, afirmam que em vários momentos o Instituto Municipal de Turismo tem recorrido e solicitado o auxílio da Câmara para debater mudanças, buscar orçamento, autorização para fontes de financiamento, como por exemplo, empréstimos do município junto aos Ministérios.

Questionados se posições ideológicas e/ou político-partidárias influenciam na interação entre os Poderes, houve unanimidade no entendimento de que estas questões não são vistas como determinantes. Todos afirmaram que as respostas dadas aos proponentes são imparciais. Portanto, se a proposta for boa o parecer será positivo independentemente do autor.

Assim, as posições políticas, de caráter pessoal, ideológico, ficam em segundo plano quando a pessoa é uma boa administradora segundo os entrevistados do Legislativo. “Não têm interferência, porque o que interessa é o resultado do processo que vai ao encontro do interesse popular”. (ENTREVISTADO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL). Assim, declaram que há muitas pessoas que ideologicamente são de partidos diferentes, mas que são bons administradores e por isso os problemas são resolvidos, pois sabem usar a burocracia a seu favor. Então, na sua concepção, dentro do serviço público o mais importante é ter competência administrativa associada a saber se comunicar bem. Deste modo o Executivo não tem problema de relacionamento com o Legislativo.

A comunicação, citada anteriormente, foi objeto de destaque, pois “Partindo do princípio que política é negociação, interlocução com as pessoas, a arte de bem comunicar é fundamental”. (ENTREVISTADO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL)

Nesta perspectiva, se o chefe do Executivo sabe se comunicar bem, explicar com clareza as mensagens que envia ao Legislativo, terá maior probabilidade de êxito nas aprovações das suas propostas. Do contrário, terá sérios problemas para aprovar o que deseja. E isto não se caracterizaria como troca de favores e sim como inter-relacionamento.

Os entrevistados do Legislativo também afirmaram que os Conselhos de Turismo, tanto municipal como estadual, são inoperantes na interação com eles. Relataram que não há qualquer demanda levada ao seu conhecimento por parte dos conselhos. Ressalte-se que o Conselho Paranaense de Turismo – CEPATUR – foi reativado neste ano, porém esteve estagnado desde o final de 2013. Já o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR – está atuante, com reuniões e ações conjuntas, mas não se mostra presente no Legislativo segundo os entrevistados. Na sua percepção, o que normalmente acontece são grupos, como associações e sindicatos de áreas específicas defendendo seus interesses, mas não como conselho. Este assunto também é tema da variável cooperação.

Em relação às comissões permanentes, é consenso entre os entrevistados que os critérios de indicação para os membros seguem um caráter estritamente partidário, ou seja, os partidos que compõe a comissão fazem suas escolhas. Não há exigência que a representação seja técnica, somente que deve ser diversificada entre os diversos partidos que estão representados. Raramente os critérios adotados pelos partidos observam o critério técnico, o que contribuiria mais nas discussões. Além disso, há partidos com muitos parlamentares e outros que tem apenas um, então, naturalmente, um partido estará mais bem mais representado do que o outro no conjunto.

Numa visão crítica, o Legislativo municipal ainda tece comentários sobre a atuação do Instituto Municipal de Turismo na questão do relacionamento com o trade turístico e com outros órgãos. Considera, por exemplo, que Curitiba precisa ter um calendário de eventos integrado, onde não coincidam datas de vários eventos de interesses parecidos. Para isso seria preciso um maior entrosamento com os hotéis, restaurantes, secretarias. Isso ajudaria as agências a vender pacotes e movimentaria o turismo o ano inteiro.

Fazendo uma análise da interação nos últimos anos dez anos, já que o presente trabalho utiliza este recorte de tempo como fora citado anteriormente, as opiniões novamente são divergentes. Para o Executivo, enquanto órgão oficial de turismo, houve um avanço na interação, mas quando se começou a construir uma boa relação, houve um retrocesso. Isto se daria pelo fato de que a gestão pública muda, periodicamente, conforme as eleições. E estas mudanças de gestão têm sido negativas para o turismo porque as outras secretarias não veem o órgão como uma instituição séria, e sim, como aquele que bate à porta para pedir, que procrastina suas ações, que age sem perguntar primeiro, por exemplo, anunciando o lançamento de um produto ou serviço para a comunidade para depois certificar-se se pode ser feito ou não, perdendo assim a credibilidade. Um exemplo citado pelo município que retrata esta afirmação se refere à questão de acessibilidade, onde houve o recebimento de um recurso financeiro muito significativo, mas diante da desarticulação, o dinheiro teve que ser devolvido. O entendimento do entrevistado é que é inaceitável que nos quatro anos de prazo para investimento do recurso não fosse possível aplicá-lo da melhor maneira possível.

Outra visão, mais positivista, entende que o legado destes dez anos trouxe resultados bons, construídos em conjunto, como as ações relacionadas ao Natal, o fortalecimento do COMTUR como órgão deliberativo, o Fórum Metropolitano de Turismo, que criou a instância de governança das Rotas do Pinhão e o PDTIS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável.

No Estado observa-se uma melhora no quesito de relacionamento entre instituições. Hoje, de acordo com os relatos das entrevistas, percebe-se uma atuação mais próxima de entidades como Fecomércio e Emater. Portanto, neste sentido, há uma abertura maior. Contudo, ainda consideram distante do que seria necessário, de uma sintonia mais acentuada entre o Executivo e o Legislativo, por exemplo, entre a Comissão de Turismo da Assembleia Legislativa e a Paraná Turismo. Foi observado que, na época da SETU existia uma Coordenadoria de Relações Institucionais que buscava a captação de emendas parlamentares, inclusive em Brasília. Porém, dentro desta questão, mais do que haver uma coordenadoria, “Seria preciso que alguém percebesse a importância destas relações e a execução do trabalho fosse mais técnico do que político”. (ENTREVISTADO DO LEGISLATIVO ESTADUAL).

No Legislativo o entendimento é que houve uma evolução da interação, mas de forma lenta, não por considerarem o tema menos importante, mas pela limitação

do dia-a-dia. Reconhecem que deveriam dar mais atenção ao turismo, pensar numa legislação mais moderna, o que seria uma forma de fomentar e motivar o setor.

4.2.2 Cooperação

A variável cooperação consiste no trabalho integrado em prol de um objetivo comum, de disposição, de ação integrada. De acordo com Gomes (2002, p. 43), entende-se por cooperação entre membros de uma sociedade a forma de trabalho em conjunto e planejado, podendo ser dentro de um mesmo processo produtivo ou em processos diferentes, mas interligados.

É plausível mencionar também a complementação deste conceito na ótica da cooperação técnica, que segundo Valente (2010, p. 63), envolve um conjunto de práticas relacionadas à transferência de conhecimentos, capacitação e formação de quadros de profissionais. Corresponde a métodos aplicados para treinamento de pessoal e desenvolvimento humano. Este aspecto, contudo, será melhor tratado na variável “conhecimento”.

Diante disso, tem-se a expectativa de que o trabalho entre os poderes Executivo e Legislativo possa convergir a interesses comuns ou, ainda que divergentes, possa estar concentrado no bem comum. Na prática, entretanto, os entrevistados concordam que há problemas de cooperação entre os atores envolvidos no processo, por diversos motivos.

Quanto ao Conselho Municipal de Turismo – COMTUR – há duas questões bastante importantes. A primeira diz respeito à representatividade. O COMTUR reúne hoje quarenta entidades envolvidas com a atividade turística, ou seja, é bastante representativo na visão dos entrevistados, sendo considerado por alguns como a entidade mais importante do turismo dentro do Município. Porém, se de um lado, não há problemas em relação a isso, sobram críticas quanto à funcionalidade, às discussões e aos resultados decorrentes das ações (ou da falta delas) do Conselho.

Na visão do Executivo, o COMTUR não tem força. Um dos problemas apontados para esta afirmação reside no fato de que não há uma disputa de indicações de entidades para compor seu quadro. Todas as entidades ligadas ao turismo podem estar ali representadas, sem limite de conselheiros. Isto de certa maneira torna a presença não tão valorizada, uma vez que não foi conquistada, a

entidade apenas solicitou e foi incluída no rol de participantes. Esta situação ocorre, por exemplo, no setor hoteleiro. Há várias entidades deste setor no Conselho, ou seja, não se promove uma “disputa” por qual delas será a representante do setor como um todo e que, neste caso, teria que apresentar as demandas e dar retorno das suas ações dentro do Conselho às demais entidades que não teriam assento.

Outro problema identificado diz respeito à omissão dos conselheiros, tanto aqueles que trabalham no Poder Público como aqueles que são da iniciativa privada. Da parte pública, observa-se a falta de articulação, de vontade de realizar, de se envolver mais, de levantar e promover discussões que levem a propostas e resultados concretos. Criar pautas, trabalhar e insistir nelas. Da parte empresarial observa-se um certo comodismo, muitos conselheiros preferem evitar conflitos com os representantes do Poder Executivo, deixando de cobrar, de apresentar suas dificuldades, não criticando quando precisariam criticar, não se posicionando, nem participando ativamente. Observou-se ainda, por parte dos entrevistados do Executivo, que a Câmara de Vereadores tem seus representantes no Conselho, porém não se percebe nenhuma participação do Legislativo nas suas atividades.

Por outro lado, há também quem defenda que a participação dos conselheiros não seja efetiva por falta de oportunidade, de incentivo. A prova desta afirmação seria a reunião de validação do Plano Municipal de Turismo ocorrida em setembro do corrente ano. Ali, durante uma tarde, houve participação dos conselheiros, inclusive na dinâmica de grupo para elencar as prioridades de ação do Plano.

Na visão do Legislativo, o COMTUR é ausente, não se envolve com a Câmara, não leva suas demandas. Os entrevistados desconhecem o que é tratado no conselho e não sabem quem são seus representantes. O conselho é na sua visão apenas um encontro consultivo, longe de ser deliberativo, como deveria ser. O que existe é demanda, por exemplo, da Abrasel – PR – Associação de Bares e Restaurantes do Paraná. Esta sim está sempre presente, defendendo suas posições, seus interesses, assim como a Abrabar – Associação de Bares e Restaurantes, o Sindihotéis – Sindicato de Hotéis e a Associação Comercial do Paraná, entre outros. Sempre que há algum assunto de interesse deles eles estão presentes, para se posicionar a favor ou contra. Mas isto ocorre por grupos, por áreas específicas, não como um todo, como representação do conselho.

Já o Conselho Paranaense de Turismo – CEPATUR – foi pouco abordado nas entrevistas porque, segundo os entrevistados, encontra-se estagnado, sem qualquer

ação conjunta, tendo ocorrido apenas uma reunião em 2014 e outra em 2015 (o conselho retomou suas atividades em maio de 2015). Contudo, há um movimento para que Conselho, que passou a ser deliberativo, volte a ser atuante, com reuniões periódicas. Cabe destacar que, semelhantemente ao que sucede no COMTUR, o entendimento dos entrevistados é de que as entidades participantes do Conselho Paranaense de Turismo trabalham melhores sozinhas, que elas conseguem se estruturar bem e só procuram o Estado quando precisam de algo maior. Muitas vezes, o Estado sequer tem conhecimento de suas ações.

O trabalho conjunto de cooperação entre o Poder Executivo e Legislativo aparece de forma tímida, segundo os entrevistados do Legislativo Municipal. Também a questão da vontade de realizar algo também permeia a cooperação e foi alvo de críticas, apontando-se para a falta disposição, da vontade do Executivo para ser mais atuante. Este tema, entretanto, será tratado com mais minúcias dentro da variável “Competência”.

Já no aspecto essencialmente político, aparece a governabilidade nos comentários dos entrevistados do Legislativo, na chamada bancada de apoio, a saber, aqueles que se alinham politicamente com o chefe do Executivo, na questão partidária e que, em princípio, aprovam em bloco as ações dele. Há uma conotação ideológica. Da mesma forma acontece com aqueles que se colocam em oposição. No entanto, os entrevistados afirmam que o voto de cada parlamentar é livre e que, por esta razão, a boa comunicação do Executivo para expressar suas intenções e projetos é fundamental para evitar distorções e desgastes desnecessários.

4.2.3 Competência

A variável competência diz respeito à capacidade de bem administrar, e pode ser entendida, de uma maneira concisa e objetiva, “[...] como a capacidade humana de realizar algo”. (MORAES, 2008, p.3). O próprio autor, todavia, reconhece que esta é uma visão demasiadamente simplista e expõe que, num sentido mais amplo, perpassa por qualidades individuais inerentes ou adquiridas, tais como habilidades, conhecimentos e atitudes. E decorrente disto emerge o saber agir, mobilizar, transferir, aprender, engajar, assumir responsabilidades, ter uma visão estratégica.

Avançando na variável competência, temos a chamada competência organizacional, que para Fernandes (2013, p. 15, 16), está relacionada com a articulação de recursos que geram valor para a organização, que geram vantagem competitiva e impactam o desempenho organizacional como um todo, sendo um fator determinante para o sucesso. Esta abordagem não se restringe ao somatório de recursos individuais, mas contempla os recursos combinados para então gerar riqueza, através da capacidade para produzir, desenvolver, monitorar as diversas atividades de trabalho. Em tese, a competência também é um parâmetro para a carreira e sucesso profissional. A competência, também está atrelada ao conhecimento, pois se houver a vontade de realizar, mas esta não for acompanhada de “como fazer” para realizar, os resultados podem ser infrutíferos.

Foi solicitado aos entrevistados que eles fizessem uma avaliação da sua performance e também dos entraves e dificuldades para exercerem bem o seu trabalho. Do lado dos entrevistados do Executivo, a visão é bastante autocrítica, no que se coloca que a sua própria atuação deixa a desejar, uma vez que não consegue ser parceiro das entidades privadas, nem dar respostas rápidas às solicitações do trade turístico, nem mesmo atender a contento as demandas dos turistas.

Por outro lado, entendem que cabe aos órgãos de turismo executar suas ações através de parcerias, e veem uma vantagem na atividade por considerarem que o turismo por si só é um bom produto, pois está associado com experiências positivas, expectativas de lazer, recreação, bons negócios, satisfação. Então, desde que haja uma ação criativa, projetada, bem planejada, há um despertar do interesse de muitos empresários que queiram contribuir e participar deste processo.

Outro fator apontado a ser melhor aproveitado é a imagem da cidade, que tem um apelo forte, portanto poderia se trabalhar mais em emissão de materiais de divulgação, participação em feiras para promoção de Curitiba, com apoio de parceiros, para ser menos dependente dos recursos oriundos do erário.

Naturalmente, o orçamento é citado como um entrave ao desenvolvimento, mas não como fator preponderante. A burocracia e a falta de capacidade para fechar convênios e parcerias também são fatores de grande influência. A exemplo, muitas vezes existe a oportunidade de construir parcerias com a iniciativa privada, com uma determinada empresa, mas a burocracia exige que seja feito um chamamento público para que qualquer outra instituição também tenha o mesmo direito, como estabelece o princípio da impessoalidade, constante na Constituição Federal.

A burocracia também exige que as entidades/empresas apresentem diversos documentos de comprovação de regularidade fiscal e cumpram uma série de exigências legais que acabam por desestimular o empresariado em participar de ações em conjunto com o poder público.

Para exemplificar a falta de capacidade organizacional em se firmar parcerias, foi citado por um entrevistado do executivo municipal uma ação de promoção de Curitiba que seria realizada na Argentina. Todas as despesas seriam pagas pela iniciativa privada, mas não foi autorizada a viagem da equipe técnica do Instituto Municipal de Turismo. Portanto, muitas vezes, nem o mínimo de contrapartida à iniciativa privada tem sido possível, o que se configura num elemento extremamente limitador.

No caso específico do Estado, a Paraná Turismo enfrenta um grande problema técnico, pois a estrutura administrativa foi reduzida. Com a extinção da SETU – Secretaria e Estado de Turismo – houve decréscimo no orçamento e o corpo técnico conta atualmente com apenas quatro turismólogos. Destes quatro servidores, dois ocupam cargos de nível médio, o que acaba por desvalorizar sobremaneira o profissional. A percepção do entrevistado do executivo estadual é que, como as ações do turismo em sua maioria são intangíveis, a estrutura fica enfraquecida, ou seja, há dificuldade em mensurar e comprovar os resultados produzidos, o que seria importante para pleitear melhorias internas.

Em relação ao planejamento, dadas as dificuldades de atuação, a Paraná Turismo – PRTUR – procura pontuar o que cada profissional em sua área pode fazer. Pergunta-se o que precisa ser feito? Há possibilidade de fazer? Quanto vai custar? Portanto o que se faz é definir as prioridades dentro daquilo que se tem condições de realização.

Para o Legislativo, as dificuldades estão relacionadas à dotação orçamentária, que compete apenas ao Executivo. O Legislativo pode propor alterações, projetos, mas se apontar uma demanda que vá gerar custos ao Executivo, criar despesas, acaba frustrando-se porque dificilmente serão aprovados.

No caso específico do Legislativo municipal, as críticas que recebem da população lhes causa consternação e certa lamentação. Para os membros do Legislativo, apesar da população dizer que eles só criam nomes de ruas, há muitas outras atividades de sua competência. Primeiro esclarecem que consideram a criação de nomes de ruas uma prerrogativa importante, pois o nome da rua conta a história

da cidade, quem foi aquela pessoa, qual a sua importância. Em segundo lugar, consideram que a Câmara de Vereadores é um alicerce para a sociedade, que recorre a ela para todos os problemas que encontra. A Câmara representa a população, é o local onde todos são atendidos, ao contrário do Executivo, que na sua visão, não vai atender o cidadão que buscar uma audiência para falar diretamente com o prefeito ou com seus secretários. Portanto, se a Câmara estivesse fechada a população não teria a quem recorrer.

Há também uma constatação dos entrevistados do Legislativo municipal que os novos vereadores, de primeiro mandato, chegam sem saber exatamente o que compete à Câmara do ponto de vista legal, o que tem autoridade para fazer e quais são limites dentro da configuração da separação de poderes. Estes novos vereadores começam a trabalhar com o intuito de fazer grandes mudanças, que poderão dizer ao prefeito o que ele deve fazer. Porém, eles não conhecem os próprios limites e até que consigam se situar e entender quais são as suas atribuições, perde-se tempo em ações inúteis.

4.2.4 Recursos Financeiros

Este tópico engloba prioritariamente os aspectos financeiros, relacionados ao orçamento destinado ao turismo para execução de suas atividades.

Existe a consciência por parte dos profissionais de turismo que atuam em órgãos do Executivo que o turismo nunca será uma prioridade dentro do orçamento, uma vez que as áreas de educação, saúde e segurança são de inquestionável importância. Mais do que isso, os entrevistados entendem que, de fato, estas áreas devem ser as prioridades dos governos. Deste modo, há por um lado, um certo conformismo de que o percentual correspondente ao turismo será sempre pequeno, mas também um consenso de que a parcela da divisão do orçamento poderia ser um pouco maior. Considera-se que investir em turismo corresponde a investir numa “indústria” limpa, que dará retorno em médio e longo prazo. Além disso, o potencial do turismo no Brasil é imenso, dadas as suas riquezas naturais.

Como a realidade que se apresenta é de um orçamento reduzido, cabe ao turismo buscar outras alternativas para realizar as suas ações, através de parcerias, tal qual foi mencionado na variável “competência”.

Para o executivo municipal, a atual gestão encontra-se em grandes dificuldades financeiras por conta de más administrações que a antecederam, somado ao momento delicado de crise que assola o país, o que faz com que os problemas financeiros atinjam as três esferas de governo, federal, estadual e municipal, acarretando em escassez na transferência de recursos, fazendo com que o município cada vez mais tenha que trabalhar com recursos próprios, que por sua vez, são cada vez menores face a perda de arrecadação.

Os entrevistados do executivo municipal pactuam da ideia de que a longo prazo, julga-se que a cidade vai sentir falta do investimento em turismo, pois este poderia ser uma ferramenta de crescimento para o município, trazendo alívio para suas finanças. No entanto, percebem que o turismo não faz parte do planejamento macro, então perde-se muito com isso. Muitas vezes investe-se naquilo que é urgente e não naquilo que é importante.

No pensamento dos entrevistados do Legislativo, o orçamento do turismo é qualificado como precário, pequeno e sem muitas discussões. Enfatizam que na administração tudo é importante, que não existe uma área mais importante do que a outra, mas se contradizem ao afirmar que na prática, é necessário estipular prioridades e que estas baseiam-se em duas questões: legislação e demanda.

A legislação é citada no que se refere às obrigações de se investir um percentual pré-determinado em algumas áreas. Nesse caso, em primeiro lugar ficaria a educação, seguida pela saúde e pelo meio ambiente. Então, ao fazer a divisão de orçamento, pouco sobra para investimento. No âmbito municipal, foi mencionado que a área cultural receberá um acréscimo e passará a ter 1% do orçamento, uma antiga reivindicação da categoria. Mas observa-se que para aumentar recursos a uma área tem que retirar de outra.

A segunda questão é a demanda, pois existe uma pressão popular muito forte para investimentos em infraestrutura, educação, saúde e segurança. Esta pressão influencia diretamente o orçamento, fazendo com que as outras áreas sejam relegadas a segundo plano.

Assim, para os membros do Legislativo, cabe aos governos fazer a repartição adequada do orçamento, visto que a cidade deve funcionar como um todo, sendo imprudente investir numa só área.

4.2.5 Políticas Públicas

Esta variável abrange as políticas públicas em Curitiba, os assuntos que giram em torno desta questão, quem são os atores que influenciam este cenário, quais os critérios para as tomadas de decisão.

É unânime a opinião de que as políticas públicas são influenciadas majoritariamente pelos pequenos grupos organizados, separados inclusive por setores de atuação. Estes grupos a que se referem os entrevistados, são todos ligados a entidades privadas. A conclusão a que se chega é que a iniciativa privada tem uma agilidade muito maior que o setor público. Tem mais poder e recursos para direcionar as ações e, em função de desta facilidade de realização que se contrapõe aos entraves burocráticos do setor público, pode exercer a cobrança das autoridades e governantes.

Portanto, descarta-se que as políticas públicas sejam influenciadas pelos fóruns, como os conselhos de turismo municipal e estadual que, em teoria, por reunirem um grande número de representantes das mais diversas áreas correlatas ao turismo, e pelo seu poder deliberativo, seriam os meios mais eficazes.

São poucos, no entanto, os grupos que de fato influenciam as políticas públicas de turismo. A entidade mais influente, mais forte, organizada e atuante, citada por todos os entrevistados, é a Abrasel – PR – Associação de Bares e Restaurantes do Paraná. Segundo os entrevistados Legislativo, a Abrasel-PR está sempre presente nas discussões quando há algo sendo debatido que seja de seu interesse. Além disso, segundo um entrevistado do executivo municipal, a associação tem uma ligação direta com o gabinete do prefeito e com os secretários municipais e, quando necessário, se mobiliza e se desloca à Brasília-DF para defender os seus direitos e apresentar suas reivindicações. Também é opinião comum a todos os entrevistados que o setor gastronômico de Curitiba é o que tem mais força politicamente e que exerce melhor o seu poder de articulação.

Na sequência, foram citadas as agências de turismo receptivo, mas estas não são numerosas, visto que as agências de turismo emissor constituem a maior parte das agências de Curitiba, que não participam das discussões internas da área para a cidade. De acordo com os entrevistados, a Associação Brasileira de Agentes de Viagem – ABAV, que poderia exercer um papel maior de protagonista neste cenário, não se envolve com as agências de receptivo, deixando a cargo do Núcleo de Turismo Receptivo, o que acaba por enfraquecer a articulação política. Então, questões que seriam de interesse deste grupo, como melhorias em infraestrutura em locais como aeroporto e rodoviária, por exemplo, não vem à tona.

Por fim, na visão dos entrevistados do Legislativo, as políticas públicas são sempre movidas pela demanda, e embora as demandas sejam motivadas por interesses de grupos específicos, entendem que são pertinentes, pelo menos em sua maioria, pois indiretamente estes grupos sabem que os interesses deles também beneficiam a cidade como um todo.

4.2.6 Turismo em Curitiba

As visões dos entrevistados acerca do turismo em Curitiba são, em sua maioria, positivas, especialmente por conta do planejamento da cidade, da imagem criada neste contexto, motivando as pessoas a virem para cá.

De acordo com um entrevistado do executivo municipal, o fato de se observar mais turistas em locais que eram frequentados majoritariamente por curitibanos seria um indicador da progressão do número de visitantes na cidade.

Para um entrevistado do Legislativo municipal, a cidade já chegou num estágio em que consegue atender satisfatoriamente a demanda dos turistas de negócios, através de eventos como congressos e conferências. Considera, entretanto, que o turismo de lazer ainda tenha pouca divulgação no que se refere a infraestrutura da cidade e de seu complexo turístico.

De acordo com um entrevistado do Executivo Municipal, outro ponto a ser destacado é que estaria ocorrendo uma mudança de perfil dos turistas que visitam Curitiba, com o aumento de turistas de lazer na proporção da totalidade de visitantes. Sustenta estas afirmações com base no acréscimo de turistas em atrativos da Linha Turismo, que por natureza são associados ao lazer. Conjectura que a participação de

Curitiba como cidade sede da Copa do Mundo da FIFA em 2014 e a grande exposição da cidade por intermédio das mídias sociais podem ter gerado um interesse maior pela cidade por parte de pessoas que não pertencem ao grupo de turistas de negócios. Cabe ressaltar, contudo, que não há pesquisas oficiais que possam atestar tais observações.

Algumas necessidades foram apontadas pelos entrevistados como fatores que merecem mais atenção. Os mais citados foram: inovação, pesquisas e marketing. A inovação no sentido de oferecer mais opções aos turistas, pois ainda que seja impossível construir atrativos novos o tempo todo, é possível criar elementos novos em atrativos já existentes, através da criatividade, cativando assim as pessoas e estimulando-as a voltar para a cidade.

As pesquisas de estatística e demanda foram citadas como uma necessidade para comprovação destas percepções sobre as mudanças que ocorrem na cidade, bem como de outros dados importantes.

Por fim o marketing, para que Curitiba possa ser um produto mais vendável, com um trabalho mais agressivo de divulgação, mostrando o que tem e o que está sendo feito. Um exemplo citado foi o Natal, onde a Prefeitura de Curitiba teve seu papel institucional reduzido. “O que ocorreu foi a Fecomércio à frente do Natal do Paço, a prefeitura não agiu, deixando de envolver mais a comunidade local e de exercer um papel de protagonista” (ENTREVISTADO DO EXECUTIVO ESTADUAL). Isto seria possível com medidas simples, como oferecer um valor diferenciado da Linha Turismo para o morador da cidade e demonstrar com as ações a importância do turismo para a população.

5. PROJETO DE TURISMO

5.1 DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DO PROJETO

A análise de resultados trouxe diversos elementos mencionados pelos entrevistados e observados pela pesquisa bibliográfico-documental os quais dificultam a interação entre os poderes ou que poderiam ser melhor aproveitados para uma otimização do sistema. Dentre os fatores identificados, o conhecimento foi o mais citado pela maioria dos entrevistados.

Neste contexto, o conhecimento está associado à interação e à competência. Conhecimento e interação no sentido do que os entrevistados sabem a respeito do trabalho desenvolvido na área de turismo por outras entidades ou órgãos, o que os outros entes estão produzindo na mesma área de atuação, neste caso, do turismo, e que lhe são pertinentes e pode influenciar nas suas ações. Por exemplo, o que o servidor de um órgão de turismo do Executivo conhece sobre o que a Comissão de Turismo do Legislativo está realizando, e vice-versa.

A competência, no sentido de saber como fazer, como realizar determinada atividade, quais os trâmites necessários, a quem recorrer para solução de um problema. A competência também aparece como uma deficiência na interação entre os poderes, e que muitas vezes se dá em decorrência da insuficiência de conhecimento.

Dadas as circunstâncias, as dificuldades em torno do conhecimento e da competência podem ser minimizadas pela melhoria da comunicação entre os agentes, por meio de uma aproximação entre eles, propiciando uma convergência de ações em objetivos comuns.

Assim, este projeto consiste em criar um portal na internet, que sirva como fonte de dados, informações e de divulgação de ações inerentes ao que cada órgão de turismo realiza.

Atualmente, os dados e informações estão dispersos e fragmentados, cada qual dentro da sua própria instituição e, mesmo internamente, não estão disponíveis para consulta de forma clara, objetiva, de fácil acesso. O profissional que deseja obter estas informações precisa pesquisar em sites, ferramentas de busca e mídias sociais.

Ressalte-se que o objetivo do *site* proposto não é criar uma competição entre os agentes, e sim, disseminar os dados e as informações, estabelecer um meio pelo qual todos os envolvidos tenham acesso àquilo que está sendo discutido, produzido e realizado em Curitiba e no Paraná no que tange ao turismo, constituindo-se num facilitador para a tomada de decisões. Assim, os projetos em curso, os já aprovados, as leis, normas e regulamentos, as discussões em torno de um determinado tema, as matérias em pauta, estarão condensados em um único local. Os contatos dos responsáveis de cada área também estarão disponíveis para promover e estimular uma troca de ideias, pedidos de informações ou sugestões.

Esta proposta também fortalece a característica crescente no meio público de promover a transparência das ações governamentais e serve ainda como mais um meio de prestação de contas do trabalho realizado perante a sociedade.

O público-alvo deste projeto é prioritariamente o Poder Público que tem relação direta ou indireta com o turismo, ou seja, os mesmos agentes que foram citados e entrevistados neste trabalho, oriundos da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, do Instituto Municipal de Turismo – CURITIBA TURISMO, da Secretaria de Esporte e Turismo do Estado do Paraná, da Paraná Turismo e da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Também compõem o público-alvo os membros dos conselhos municipal e estadual de turismo e qualquer interessado no assunto, que poderá ter acesso livre e gratuito às informações.

A concepção deste site parte de uma ideia já em funcionamento em Curitiba: o Portal dos Conselhos de Curitiba. Este portal consiste em um canal de informação a respeito dos conselhos municipais da cidade. Ali estão concentrados todos os conselhos, e de acordo com a Prefeitura de Curitiba (2015). Além de dar mais visibilidade ao trabalho que desenvolvem, permite uma aproximação entre eles, uma vez que as informações estão organizadas, o que proporciona a possibilidade de discussões e ações em conjunto. Ainda segundo a Prefeitura, a iniciativa do Portal partiu dos alunos de pós-graduação em políticas públicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que tiveram dificuldade em encontrar as informações que buscavam para iniciar um estudo e perceberam a necessidade de uma ferramenta como esta.

Assim, em 12 de agosto de 2014 foi oficialmente apresentado o Portal dos Conselhos, criado pelo Instituto Municipal de Administração Pública de Curitiba (IMAP), em parceria com a Prefeitura de Curitiba, com a Universidade Federal do

Paraná e com a Fundação de Ação Social (FAS), cujo *site* serviu como referência para a elaboração do Portal dos Conselhos.

A Prefeitura destaca (2015) que no Portal serão postadas informações como o calendário das ações realizadas pelos conselhos, a relação dos Conselhos agrupada por categorias com as principais informações: nome do Conselho, localização, composição da atual diretoria, legislação, atas e deliberações, conferências, notícias e eventos, links relacionados e a opção fale com o Conselho.

Nesse sentido, a partir do diagnóstico desta pesquisa onde foram identificados problemas de comunicação existentes e a evolução do compartilhamento de dados e informações que fez eclodir o Portal dos Conselhos, a proposta de um portal deste trabalho propõe a ampliação desta iniciativa para o Governo do Estado do Paraná.

5.2 ASPECTOS TÉCNICOS

No Paraná, de acordo com o decreto estadual nº 4.477, de 24 de março de 2009, cabe à Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR – e à Secretaria de Estado da Comunicação Social a prerrogativa de estabelecer diretrizes, propor projetos e definir padrões no que se refere ao desenvolvimento de *sites* e portais.

Deste modo, as considerações a seguir, não tem por objetivo entrar no mérito do aprofundamento das facetas tecnológicas a serem aplicadas, mas sugerir a concepção de um modelo de *site*, a partir de algumas características básicas que precisam ser levadas em consideração, tanto para a idealização do projeto em si, como para aquilo que se espera como produto final.

A primeira questão diz respeito ao tipo do *site*. Como fora mencionado, o *site* proposto foi inspirado no Portal dos Conselhos e o conteúdo a ser disponibilizado é de cunho de atividades relacionadas ao poder público, portanto, o tipo do *site* será institucional. A segunda questão se refere à arquitetura da informação, ou seja, como será a organização, a estrutura do *site*. Não será necessária uma estrutura complexa, ao contrário, o objetivo é dispor de um menu de fácil navegação. Entretanto, deverá conter elementos imprescindíveis tais como a página principal do *site* (*home*), um sistema de busca interno, um mapa do *site* e uma página e formulário de contato.

Em seguida é importante considerar o *layout*, os aspectos visuais do site. As cores, as imagens, os tipos de fontes, toda a composição vai além da aparência, pois influencia a experiência positiva do usuário e permite um melhor aproveitamento das funcionalidades do *site*. Deste modo, deve-se evitar uma interface saturada, que tenha muitos sinais e rótulos, uma vez que demanda um tempo maior de aprendizado do uso, assim como requer mais esforço para localização das informações. A concepção do *site* prima pela simplicidade e objetividade.

Outras funções que o site deve conter são: banco de dados, criptografia para segurança, mapa do site - para orientação do usuário - e a página de contato, contendo telefone e e-mail de cada órgão. O *site* deve ser em idioma português brasileiro e observar as normas de acessibilidade.

Sendo assim, o mapa do *site* está formatado da seguinte maneira:

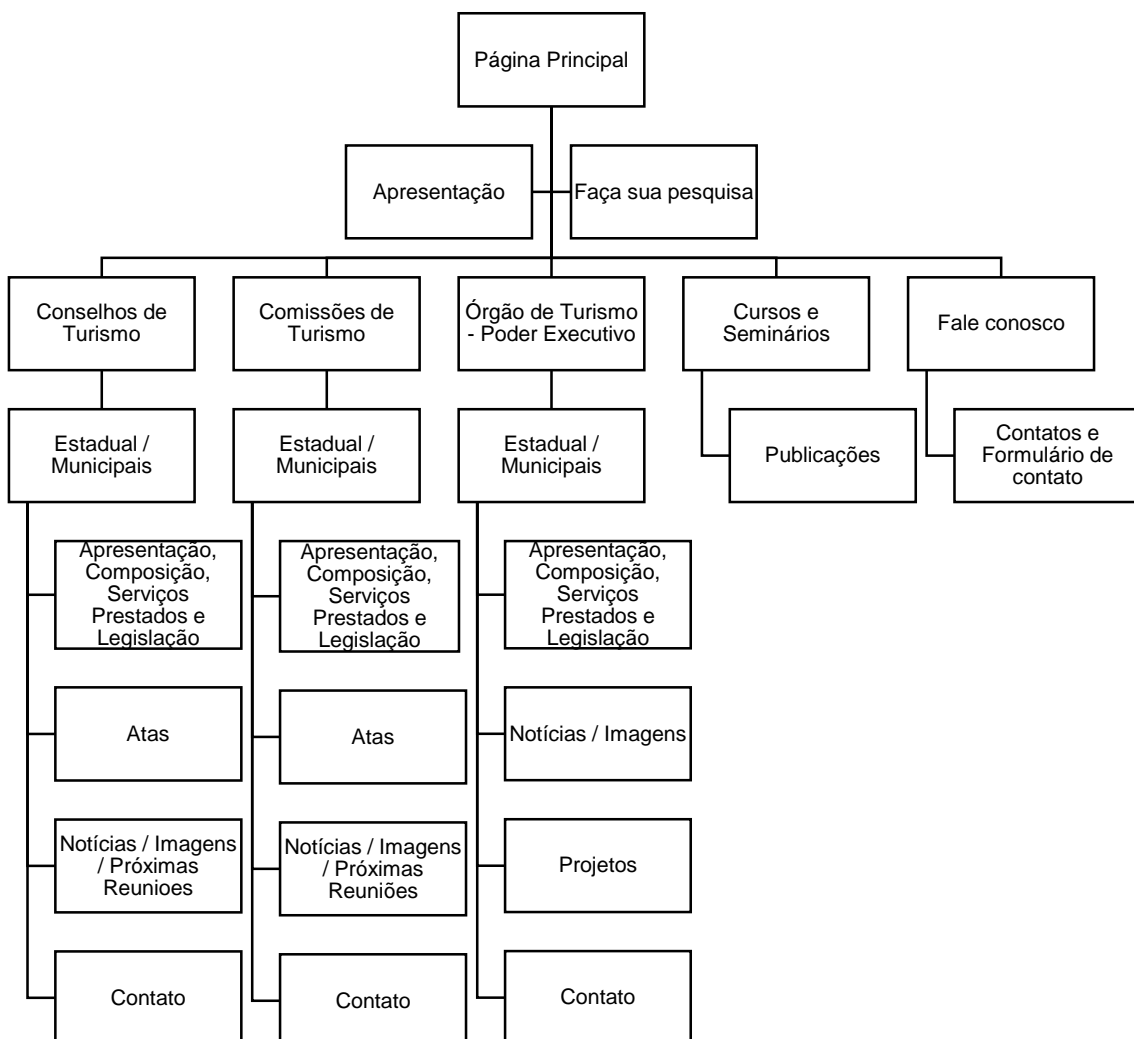


FIGURA 13: MAPA DO SITE

FONTE: Elaborado pelo autor (2015)

5.3 ETAPAS E RESPONSABILIDADES PARA EXECUÇÃO DO PROJETO

Primeiramente, propõe-se que o portal seja concebido com as mesmas funções do Portal dos Conselhos municipal, mas com uma abrangência estadual, e focando, na primeira etapa, os conselhos de turismo.

Desta forma, a cooperação entre os órgãos envolvidos parte de um convênio entre os mesmos, para que primeiramente este portal seja criado e, posteriormente, seja constantemente atualizado com a alimentação dos dados e informações por um servidor a ser indicado pelos próprios órgãos. O portal requer a cooperação contínua entre os órgãos envolvidos, sem a qual não é possível o êxito da finalidade da proposta apresentada.

Estima-se que a primeira fase deverá ocupar aproximadamente um ano até que esteja em pleno funcionamento, inserida no trabalho cotidiano dos responsáveis pelos conselhos. A segunda fase deste projeto propõe que, além dos conselhos, sejam também acrescentados neste portal as entidades governamentais de turismo (secretarias de estado, municípios e da administração indireta) e as comissões de turismo da Assembleia Legislativa e das prefeituras. Estima-se que seja necessário mais um ano para que todos sejam inseridos neste processo.

O cronograma proposto prevê um período de trabalho de quatro meses, estabelecido da seguinte maneira:

QUADRO 3 – CRONOGRAMA DE TRABALHO

Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

Atividades	Semanas de execução																Responsável
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	15ª	16ª	
Levantamento de entidades atuantes	X	X	X	X													Cliente
Detalhar componentes do site					X												Cliente
Criar a Arquitetura da informação					X	X	X	X									CELEPAR / Cliente
Criar o layout					X	X	X	X									CELEPAR
Criar de interface					X	X	X	X									CELEPAR
Apresentação da estrutura do site									X								CELEPAR
Aprovação									X								CELEPAR
Cadastramento de usuários										X							CELEPAR
Treinamento de usuários com material impresso										X							CELEPAR
Cadastramento de dados											X	X	X	X			CELEPAR
Apresentação e revisão															X		CELEPAR / Cliente
Conclusão e lançamento do site																X	CELEPAR

Sendo assim, o cronograma tem início com o levantamento de entidades que atuantes no turismo, de acordo com o exposto na descrição do orçamento. Esta etapa está prevista para as quatro primeiras semanas. Na quinta semana será feito o detalhamento do projeto do site pelo cliente (Governo) junto à CELEPAR. Inicialmente propõe-se que sejam contemplados os vinte maiores conselhos, até para que sirvam como um projeto-piloto. Os demais podem ser acrescentados na sequência.

O trabalho estipulado pelo cronograma estabelece a criação da estrutura do *site* (arquitetura da informação, *layout*, *interface* e outras ferramentas) da quinta à oitava semana, seguindo critérios técnicos e de acordo com o detalhamento dos componentes do cliente, ou seja, de tudo que se espera que o site possa oferecer como tratado anteriormente.

Na nona semana está prevista a apresentação do site por parte da CELEPAR para aprovação do cliente e eventuais correções, melhoramentos. Na décima semana ocorre o treinamento dos usuários do site, com uma apostila simples a ser disponibilizada pela empresa contendo as principais funcionalidades.

A partir da décima primeira semana os usuários já terão *login* e senha e iniciarão o trabalho de alimentação de conteúdo do *site* até a décima quarta semana. Este trabalho consistirá nas primeiras informações a serem disponibilizadas, tais como legislação, as atas digitalizadas das últimas reuniões dos conselhos, eventos programados e notícias. Posteriormente haverá um trabalho contínuo de atualização dos dados e informações conforme o andamento dos trabalhos.

Na décima quinta semana a empresa apresenta o resultado final do *site* para aprovação do cliente e realiza correções e melhoramentos que forem necessários. Na décima sexta semana encerra-se o processo de criação do *site* e procede-se o seu lançamento.

5.4 RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos para execução deste portal apontam para a disponibilidade de um servidor de cada órgão envolvido, como mencionado anteriormente e um administrador do portal. Os servidores públicos ficarão responsáveis pela alimentação de conteúdo do portal, inserindo os dados e

informações que julgarem relevantes, especialmente no que se refere às atividades de cada órgão representado. As atividades aqui destacadas podem ser aquelas corriqueiras, de atribuição exclusiva do órgão, mas principalmente aquelas que estão sendo discutidas e realizadas, na forma de projetos, parcerias, leis, normas, regulamentos, produtos, publicações, etc. Poderão ser inseridos textos e imagens que sejam convenientes.

O administrador deve ser um turismólogo, cuja função será exercer o papel de intermediador entre os agentes para assegurar que os dados e informações sejam corretas e atualizadas. Caberá ao administrador verificar possibilidades de melhoramentos e também solicitar ao setor de tecnologia a manutenção e correção de eventuais problemas ou erros de sistema. O administrador deverá ainda fazer os encaminhamentos da área “Fale Conosco” para os responsáveis e certificar-se do retorno dos atendimentos.

5.5 ORÇAMENTO

Como o projeto parte do poder público, precisa contemplar todos os 399 municípios do estado. O orçamento descrito a seguir coloca os valores por entidade cadastrada, ou seja, por conselho, por secretaria, por comissões de turismo, que fica assim disposto:

Valor por entidade cadastrada: R\$ 800,00 (oitocentos reais). Compreende uma página contendo as seguintes abas: “Quem somos”, “Legislação”, “Atas/deliberações”, “Notícias”, “Serviços Prestados”, “Eventos”, “Fale Conosco”.

Num primeiro momento o ideal é que sejam cadastradas apenas aquelas entidades que estejam atuantes, em pleno funcionamento, pois o objetivo é a interação por meio do trânsito de informações, portanto, não seria prático a inclusão de todas as entidades.

Deste modo, o cálculo final depende de um levantamento prévio das entidades existentes e atuantes. Como fora mencionado, propõe-se, num primeiro momento, que sejam contemplados os vinte maiores conselhos. Deste modo, o custo da primeira fase seria da ordem de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais). Naturalmente o projeto não é rígido e pode sofrer alterações com base nas experiências desta primeira etapa.

5.6 AVALIAÇÃO DO RETORNO DO INVESTIMENTO

Os resultados que o portal pode auferir serão mensurados pelo uso que cada órgão fará das informações de que vai dispor, seja de forma individual ou em cooperação. Como fora mencionado, a expectativa do projeto consiste em que o portal seja um facilitador para as tomadas de decisão dos agentes, na medida em que estes tenham uma maior aproximação e conhecimento da atuação do setor público no turismo no estado do Paraná.

Destarte, os indicadores serão pautados no número de produtos que advirão do conhecimento adquirido. Nem sempre os indicadores são perceptíveis de forma tangível, visto que muitas ações relacionadas ao turismo são, por natureza, intangíveis, porém os benefícios são promissores.

Também cabe a inserção de uma pesquisa de satisfação para que o usuário possa manifestar a sua opinião sobre os serviços disponibilizados e assim, o administrador do site tenha subsídios para promover melhorias.

A pesquisa deve ser breve para estimular uma amostragem maior de respondentes, como demonstra o quadro a seguir

QUADRO 4 – PESQUISA DE SATISFAÇÃO

Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

Pergunta	Resposta			
Como você avalia o site?	Excelente	Bom	Regular	Ruim
O conteúdo do site é útil?	Excelente	Bom	Regular	Ruim
Qualidade das informações.	Excelente	Bom	Regular	Ruim
Dê a sua sugestão.	Caixa de texto			

Naturalmente, em se tratando do setor público, há risco da falta de adesão dos envolvidos ao projeto, seja por falta de recursos humanos ou por mera resistência a mudanças em métodos que afetam o cotidiano e as rotinas dos mesmos.

Isto, porém, pode ser minimizado por meio da conscientização dos agentes acerca dos benefícios que o trabalho cooperado pode trazer para a atividade e também por meio de convênios entre o Governo, os municípios e o poder Legislativo estadual, para que cada qual tenha suas responsabilidades dentro do processo.

Considera-se que o legado do investimento nesta proposta seja construir não apenas um *site*, e sim um meio pelo qual os agentes que atuam com o turismo possam trabalhar com mais interação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs um estudo no campo das políticas públicas em Curitiba na perspectiva e na ótica do turismo. Partiu-se do princípio exposto na introdução de que a sociedade é influenciada por políticas públicas e que o turismo também faz parte desta dinâmica, sendo ele composto por uma rede de interações que tem como coordenadores os poderes Legislativo e Executivo.

Dessa forma, surgiram as seguintes indagações: Quem são os agentes e qual o contexto que circunda a elaboração das leis referentes ao turismo? Como se dá o relacionamento dos Poderes Executivo e Legislativo no que se refere ao turismo? Quais características estão presentes nos hábitos coletivos de pensamento e ação relacionados à elaboração das leis de turismo? Quais meios e/ou métodos podem ser aplicados para a otimização da interação de relações entre os poderes para o aperfeiçoamento das políticas públicas de turismo?

A partir destas indagações e considerando o fato de que o tema ainda é pouco explorado nos estudos concernentes ao turismo no Brasil, esta pesquisa teve como objetivo compreender como ocorrem as interações entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo na perspectiva do turismo no âmbito da cidade de Curitiba.

Para obtenção de respostas aos objetivos estabelecidos e entendimento da natureza do campo de estudo, primeiramente foi elaborado o referencial teórico que teve sua estrutura ordenada em duas temáticas: a primeira tratou da interação entre o poder Executivo e o Legislativo e a segunda de turismo e políticas públicas, trazendo também uma contextualização do local estudado, no caso, a cidade de Curitiba.

A interação entre o poder Executivo e Legislativo foi explanada partindo de uma abordagem histórica sobre a evolução separação dos poderes que foi adaptada para o sistema de governo brasileiro. Mais do que trazer à memória as origens do sistema, procurou-se levantar uma reflexão sobre os diferentes posicionamentos acerca do tema, fazendo uma correlação com o Estado e as formas de governo no Brasil, bem como o cenário que compreende as relações de poder e de tomadas de decisão.

O tópico subsequente, intitulado Turismo e Políticas Públicas, trouxe os conceitos relativos às políticas públicas ao mesmo tempo em que se discutiu suas origens, como são elaboradas e o que está envolto na dinâmica de suas interações.

Procurou-se debater estas questões com foco no turismo e clarificar o que já foi realizado no Brasil dentro deste assunto culminando nas instituições de turismo formalmente constituídas, que representam o segmento nas esferas de governo. Por fim, foi apresentado o local de estudo, a cidade de Curitiba, especialmente pontuando aspectos de sua geografia e economia, e destacando a relevância do turismo neste ambiente.

Neste contexto, a construção do referencial teórico evidenciou algumas variáveis dentro do estudo proposto que hipoteticamente poderiam surgir na etapa de análise de resultados. Após a realização das entrevistas, as expectativas em torno das variáveis trabalhadas no referencial teórico foram confirmadas e as mais citadas pelos entrevistados foram utilizadas para aprofundamento do estudo, motivo o qual, pode-se afirmar que os conceitos conjugados no referencial teórico se mostraram coerentes com a pesquisa.

O arquétipo deste trabalho foi construído na metodologia baseada na Teoria Fundamentada, e esta orientação metodológica esteve em consonância com a proposta de pesquisa, uma vez que permitiu a interpretação da realidade com a liberdade de investigação, não a limitando à validação de uma teoria existente, mas estimulando o processo de descoberta e criação.

Com isso, a análise de resultados, sustentada pelo referencial teórico e resultado da metodologia pôde trazer as respostas para as indagações citadas. As respostas para as questões acerca do contexto que circunda a elaboração das leis referentes ao turismo, o relacionamento dos Poderes Executivo e Legislativo, os hábitos coletivos de pensamento e ação relacionados à elaboração das leis de turismo, ficaram implícitas nas variáveis citadas. Na realidade estas questões se mostraram fortemente interligadas.

Os hábitos coletivos se traduzem em ações comuns que ocupam o cotidiano, a rotina dos agentes, e acabam por trazer consequências positivas e negativas. Por um lado, há a sistematização de tarefas, a organização de agenda, mas por outro também se configura num elemento limitador, visto que, mesmo existindo, muitas vezes, o desejo de mudar algo, de transformar ideias em ações, de uma aproximação entre os agentes em torno do desenvolvimento do turismo, as atividades corriqueiras acabam por tomar grande parte do tempo. A comunicação e a cooperação entre os agentes ficam fragilizadas e a procrastinação se torna algo evidente, na medida em

que as demandas sociais impulsionam tanto o Poder Executivo como o Poder Legislativo a dedicar-se a outras prioridades em detrimento do turismo.

As demandas sociais apareceram nas entrevistas como um fator de consenso entre os agentes diante de áreas consideradas primordiais, ou seja, todos concordam que se deve dar maior atenção a áreas como saúde, educação e segurança. Ocorre, contudo que, o turismo não se coloca como um concorrente a estas áreas e sim, pode ser um vetor de desenvolvimento econômico e social, porém, os investimentos no setor ficam muito aquém do necessário. Neste ponto, observa-se que falta mais conhecimento sobre o turismo, seus potenciais e seus impactos, para aqueles que têm o poder de tomada de decisão. Portanto, não se questiona que o turismo esteja em um patamar diferenciado em relação àquelas áreas mencionadas, mas lamenta-se que haja uma redução de seus possíveis ganhos.

A interação de maneira geral foi apontada como positiva no que se refere a ausência de problemas de relacionamento, ainda que haja muitas críticas de todas as partes, normalmente de um órgão em relação ao desempenho profissional do outro. Entretanto, a interação revelou-se fraca se for medida pela sua produtividade. Pouco se produz em relação ao turismo pela interação entre os poderes, salvo em situações pontuais e específicas. Por exemplo, os eventos de interesse da cidade ou demandas de alguma entidade ligada ao turismo, dentre as quais se destaca a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL-PR) como a mais organizada e que possui um apelo maior na formulação de políticas públicas relacionadas ao setor.

Além da Abrasel-PR, o contexto de elaboração de políticas públicas foi considerado muito pontual, mas geralmente partindo do desejo de algum grupo organizado, como uma associação representativa. Deste modo, salvo por interesses específicos, as políticas públicas de turismo são praticamente inexistentes.

A questão da falta de conhecimento sobre o que os outros agentes do turismo fazem na área foi mencionada por muitos entrevistados. Agentes do Executivo afirmaram desconhecer o que o Legislativo está fazendo em relação do turismo e isto é recíproco, uma vez que agentes do Legislativo fizeram a mesma afirmação. Por esta razão, o projeto de turismo foi delineado na tentativa de minimizar esta dificuldade, pois não há como haver uma melhora da interação sem passar pela troca de dados, informações e experiências.

Assim, o projeto de turismo proposto foi a criação de um *site*, um portal que englobe todos os agentes citados neste trabalho, para que haja uma convergência

nas informações, promovendo e estimulando a comunicação entre eles. Não há a pretensão de solucionar todos os problemas envolvidos nesta pesquisa, por certo haverá necessidade de outros estudos que tragam alternativas para cada dificuldade encontrada. No entanto, o projeto vislumbra atingir o propósito de ter em uma única ferramenta dados de acesso comum, que seja um elemento facilitador para tomada de decisão, especialmente àqueles que trabalham com turismo. De semelhante modo, espera-se que a comunicação seja um passo para a melhoria da interação e, com isto, a conjugação de esforços culmine num maior desenvolvimento do turismo.

Face a complexidade do tema proposto neste trabalho no que se refere à interação entre o Executivo e o Legislativo, longe está de se esgotar estudos desta natureza. Novas pesquisas podem ser trabalhadas aprofundando variáveis contempladas neste trabalho, como a questão do conhecimento, procurando associar as necessidades de demanda, com a qualidade de propostas e a capacitação de agentes, bem como os resultados práticos e tangíveis da legislação de turismo na sociedade.

7. REFERÊNCIAS

ATHAYDE JUNIOR; Luiz Sampaio. **A contabilidade como ciência aplicada à questão da distribuição da riqueza – uma discussão preliminar**. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2010.

BARRETTO, Margarita. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

BARRETTO, Margarita; BURGOS, Raul; FRENKEL, David. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

BEGNINI, Elias; SILVA, Carlos José Rodrigues. **Ecoturismo e a questão do desenvolvimento sustentável em São João D'Alança – nordeste goiano**. Brasília: UNB, 2003.

BITTENCOURT, Fernando Moutinho Ramalho. **Relações executivo-legislativo no presidencialismo de coalizão: um quadro de referência para estudos de orçamento e controle**. Brasília, DF, 2012.

BONFIM, Izac de Oliveira Belino; BAH, Miguel. **A cidade de Curitiba – PR/ Brasil. O turismo e suas imagens simbólicas**. CULTUR – Revista de Cultura e Turismo, ano 6, n. 4, out. 2012. Disponível em: <<http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano6-edicao4/4.curitiba.pdf>> Acesso em: 25/6/2015.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 27/5/2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 27/5/2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituições Brasileiras**. Exposição organizada pelo Museu da Câmara dos Deputados, mostrando as constituições brasileiras, suas principais deliberações e curiosidades. Coordenação de Publicações. Brasília: 2005.

BRUSADIN, Leandro Benedini. Estudo da avaliação do programa nacional de municipalização do turismo – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 87-111, 2. sem. 2005.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Primeiros Passos)

CURITIBA. Lei n. 11.835, de 06 de julho de 2006. **Institui o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2006/1183/11835/lei-ordinaria-n-11835-2006->> Acesso em: 27/11/2015.

CURITIBA. Decreto N° 1.597, de 15 de dezembro de 2009. **Aprova o regulamento do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.** Disponível em: <http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/D1597.2009_Aprova-Regulamento-COMTUR.pdf> Acesso em: 27/11/2015.

CURITIBA. Lei n. 14.115, de 17 de outubro de 2012. **Dispõe sobre a Política Municipal do Turismo de Curitiba.** Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&nor_id=15270&pesquisa=politica%20turismo> Acesso em: 01/6/2015a.

CURITIBA. Lei n. 14.397, de 27 de dezembro de 2013. **Estima a Receita e fixa a Despesa do município de Curitiba para o exercício financeiro de 2014.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2013/1439/14397/lei-ordinaria-n-14397-2013->> Acesso em: 25/6/2015

CURITIBA. **Novo portal dará visibilidade à ação de conselhos municipais.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/novo-portal-dara-visibilidade-a-acao-de-conselhos-municipais/33786>>. Acesso em: 27/11/2015.

CURITIBA. **Perfil da cidade de Curitiba.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/perfil-da-cidade-de-curitiba/174> > Acesso em: 25/6/2015b.

CURITIBA. Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A. **Sócioeconomia.** Disponível em: <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/publico/conteudo.aspx?codigo=48>. Acesso em: 25/6/2015c.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos. **Curitiba e Região Metropolitana.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/smam/27>> Acesso em: 25/6/2015d.

CURITIBA. **Destaques e prêmios.** Disponível em: <<http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/conteudo/destaques-e-premios/1763>> Acesso em: 25/6/2015e.

DANTAS, Claudia de Carvalho; LEITE, Joséte Luzia; DE LIMA, Suzinara Beatriz Soares; STIPP, Marlucci Andrade Conceição. **Teoria fundamentada nos dados – aspectos conceituais e operacionais: metodologia possível de ser aplicada na pesquisa em enfermagem.** Rev Latino-am Enfermagem 2009 julho-agosto; 17(4).

ENDRES, Ana Valéria. Políticas de turismo, desenvolvimento e o papel do estado: cenários e inquietações. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC.** Vol. 5. n. 1. (1) agosto-dezembro/2008.

FERNANDES, Bruno Rocha. **Gestão estratégica de pessoas com foco em competências**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2013.

FERNANDES, Rafael Gonçalves. **A relação entre o poder de polícia [administrativa] e a supremacia do interesse público: a auto-executoriedade das sanções administrativas**. I Jornada de Iniciação Científica e de Extensão Universitária – JICEX. Curso de Direito das Faculdades Santa Cruz de Curitiba. 06 e 07 de Junho de 2013.

FRANCO, Luis Javier Algorri. **División y legitimidad del poder político**. Congreso Nacional de Derecho Constitucional. UNAM, 2001.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Indicador de atividade reflexiva e teoria fundamentada: o pensamento reflexivo na busca e no uso da informação**. Transinformação, v. 23, n. 1, 2011.

GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O que é o método científico**. São Paulo: Pioneira, 1989.

GOMES, Bruno Martins Augusto. **Política de regionalização do turismo em Minas Gerais: uma análise sob a ótica dos custos de transação**. 108 f. **Dissertação (Mestrado em Administração)**. Universidade Federal de Lavras, 2006.

GOMES, Bruno Martins Augusto. **Políticas públicas de turismo: interação empresários-setor público em Curitiba sob a ótica institucional**. 203f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

GOMES, Carlos. **Economia do sistema comunitário: enquanto a mercadoria e a moeda não existem**. Campo das Letras, 2002.

GOUVEIA, Daniel Otávio Genaro; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. **Organização dos poderes e suas funções típicas e atípicas segundo a Constituição Federal de 1988**. Revista Eletrônica da Toledo de Presidente Prudente – SP. Vol. 4, n 4. 2008.

GUEDES, Juliana Santos. **Separação dos Poderes? O Poder Executivo e a tripartição de poderes no Brasil**. Departamento de Direito da Universidade de Salvador – UNIFACS; p. 2-18; 2012.

IURK, Cassiano Luiz. **Introdução ao estudo do direito**. Cuiabá: EdUFMT; Curitiba: UFPR, 2008.

JOHNSON, Alan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

KREBS, Thiago Pacheco Costa. **Aspectos do presidencialismo na constituição do brasil: o veto presidencial como instrumento de balança de poder**. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2008.

LIMA, Gustavo Augusto Freitas de. Poder normativo do Executivo e separação de poderes: revisitando Montesquieu. **Revista de Estudos Jurídicos**, a. 16, n. 23, 2012.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Processo orçamentário e comportamento Legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de Governo. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, n. 4, 2005. p. 737-776.

MASSUKADO, Márcia Shizue; TEIXEIRA, Rivanda Meira. **Políticas públicas, recursos turísticos e recursos organizacionais: o caso de Foz do Iguaçu, Paraná**. Turismo Visão e Ação. Itajaí: Editora da Univali, v. 8, n. 2, p. 201-222, maio-agosto, 2006.

MATOS, José Gilvomar R. **Análise do ambiente corporativo: do caos organizado ao planejamento estratégico das organizações**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

MAURANO, Adriana. **O Poder Legislativo Municipal**. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo: 2007.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. **Público e privado na política de assistência à saúde no Brasil: atores, processos e trajetória**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. 320p.

MONTESQUIEU, Charles Louis de. **O Espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MORAES, Fabio Cassio Costa. **Formação de competências**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008

MORAES, Filomeno. **Executivo e Legislativo no Brasil Pós-Constituinte**. 2001.

NEIVA, Pedro Robson Pereira. Os determinantes da existência e dos poderes das câmaras altas: federalismo ou presidencialismo? **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 49, nº 2, 2006, PP. 269 a 299.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: Adão F. de Oliveira, Alex Pizzio e George França (Org.). **Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Goiás: Editora da PUC Goiás, 2010, p.93-99.

OLIVEIRA JUNIOR, José Amorim de. **O desenvolvimento político concebido a partir dos conceitos de governança política, capital político e autogoverno: análise dos impactos da atuação do Sebrae no desenvolvimento político goiano de 2004 a 2011**. São Carlos: UFSCAR, 2011. 308f.

PARANÁ. Lei n. 17.745, de 30 de outubro de 2013. **Extingue a Secretaria de Estado do Esporte e a Secretaria do Estado do Turismo, e cria a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo**. Disponível em: <

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=108391&codItemAto=695107>>. Acesso em: 27/11/2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo. **Histórico Institucional**. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=861>> Acesso em: 27/11/2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo. **Conselho Paranaense de Turismo**. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=860>>. Acesso em: 27/11/2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo. **Reunião do CEPATUR reafirma a força do turismo paranaense**. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=540>>. Acesso em: 27/11/2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo. **CEPATUR debate orçamento, contratação e financiamento**. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=560>>. Acesso em: 27/11/2015.

PARSONS, Wayne. **Políticas públicas: uma introducción a la teoria y la práctica del análisis de políticas públicas**. México: FLACSO, Sede Académica de México, 2007. 816p.

PENNA, Camila. **Uma análise da influência de Locke, Montesquieu e Rosseau no pensamento federalista estadunidense**. Pensamento Plural, Pelotas [08]: 65 – 83 janeiro / junho 2011.

PEREIRA, Cássio Avelino S. Políticas públicas no setor de turismo. **Turismo em Análise**, São Paulo, 10 (2): 7-21 nov, 1999.

PEREZ, A. **Introdução à metodologia da pesquisa em turismo**. São Paulo: Roca, 2005.

PIMENTA, Marcelo Vicente de Alkmim. **Direito constitucional em perguntas e respostas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. 456p.

PIMENTEL, Maurício Ragagnin. A sociedade urbana e a espacialidade turística. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 2., n. 2, p. 128-143, out. 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social, métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira; DAKOTA, Décio Katsushigue. **Economia do turismo**. São Paulo: Aleph, 2012.

SILVA, Marco Aurélio da; KAYSER, Aristéia Mariane. **Lei natural, liberdade de consciência e direito social em John Locke**. Revista Educação, Cultura e Sociedade, SINOP/MT, v. 3, n. 1, p. 23-45, jan./jun. 2013.

SIRAQUE, Vanderlei. **O controle social da função administrativa do estado: possibilidades e limites na Constituição de 1988**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2004.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, 2006. p. 20-45.

SOUZA, Nelson Rosário de. **Sociologia política**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. 100p.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Trad. Luciane de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TAROZZI, Maximiliano. **O que é grounded theory: metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados**. Tradução de Carmem Lussi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002.

VALENTE, Renata Curcio. **A GTZ no Brasil: uma etnografia da cooperação alemã para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: E-papers: UFRJ, Laced, 2010.

VIANA, Ana Luiza. **Abordagens metodológicas em políticas públicas**. RAP – Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 5-30, mar./abr. 1996.

VIEIRA, Leonora Guedes. **Política pública do turismo: uma análise comparativa de modelos de implementação Brasil e França**. 96f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, DF, 2009.

WEISS, Renata Herta. **Políticas públicas de turismo: utopia ou realidade?** Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública para obtenção de grau de mestre em administração pública. Rio de Janeiro, RJ: 2000.

ZANELLI, José Carlos. **Interação humana e gestão: a construção psicossocial das organizações de trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

7. APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA - EXECUTIVO

1. Como o(a) Sr(a). vê o turismo em Curitiba?
2. Como o(a) Sr(a). vê o relacionamento atual entre o Legislativo e o Executivo? Como se dá o diálogo? As posições político-partidárias têm influência?
3. O orçamento do órgão é um dos mais baixos do município/estado. Na sua opinião, por que isso acontece?
4. Existe alguma interação entre o órgão com o Legislativo para a criação ou regulamentação de leis relacionadas ao Turismo em Curitiba?
5. O(A) Sr(a). recorda de alguma proposta ou sugestão que tenha sido encaminhada ao Legislativo por parte do Executivo? Com que frequência isto acontece?
6. O(A) Sr(a). lembra de algum vereador/deputado ter enviado alguma proposta para análise do órgão? E em relação às emendas parlamentares?
7. Quais são as maiores dificuldades que o Executivo enfrenta para exercer suas funções?
8. Qual a sua opinião sobre a atuação do Executivo em relação ao Turismo?
9. Na sua visão, as demandas atuais são pertinentes (do Executivo, do Legislativo, dos empresários)?
10. Qual a relação de interação com outras secretarias para tratar de assuntos pertinentes ao turismo?
11. Qual a participação dos empresários, associações ligadas ao turismo neste processo? O Conselho de Turismo é um órgão atuante? Tem levado alguma demanda ao Legislativo e exercido seu poder deliberativo?
12. Quem influencia as políticas públicas de turismo em Curitiba?
13. Quais os principais entraves para o desenvolvimento do turismo no município?
14. Nos últimos dez anos o(a) Sr(a). considera que houve uma evolução em termos de interação do Executivo e Legislativo nas políticas públicas de turismo?
15. O sr. teria alguma sugestão para melhorar o processo de interação entre os agentes?

APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA – LEGISLATIVO

1. Como o(a) Sr(a). vê o turismo em Curitiba?
2. Como o(a) Sr(a). vê o relacionamento atual entre o Legislativo e o Executivo?
Como se dá o diálogo? As posições político-partidárias têm influência?
3. O orçamento destinado ao turismo é um dos mais baixos do município/estado.
Na sua opinião, por que isso acontece?
4. Existe alguma interação entre o Legislativo com o órgão de turismo ou com o Executivo para a criação ou regulamentação de leis relacionadas ao turismo em Curitiba?
5. O(A) Sr(a). recorda de alguma proposta ou sugestão que tenha sido encaminhada ao Legislativo por parte do órgão do Executivo de turismo? Com que frequência isto acontece?
6. O(A) Sr(a). lembra de algum vereador/deputado ter enviado alguma proposta para análise do órgão de turismo? E em relação às emendas parlamentares?
Existe no Legislativo algum orçamento específico para ser usado no turismo?
7. Quais são as maiores dificuldades que o Legislativo enfrenta para exercer suas funções?
8. Qual a sua opinião sobre a atuação do Legislativo em relação ao turismo?
9. Qual o critério para a formação da composição dos integrantes das comissões permanentes?
10. Qual a participação dos empresários, associações ligadas ao turismo neste processo? Os Conselhos têm levado alguma demanda ao Legislativo?
11. Quem influencia as políticas públicas de turismo em Curitiba?
12. Na sua visão, as demandas atuais são pertinentes (do Executivo, do Legislativo, dos empresários)?
13. Nos últimos dez anos o(a) Sr(a). considera que houve uma evolução em termos de interação do Executivo e Legislativo nas políticas públicas de turismo?
14. O sr. teria alguma sugestão para melhorar o processo de interação entre os agentes?